

# ***DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS***

***1° Trimestre 2026***

## SUMÁRIO

BALANÇO PATRIMONIAL .....	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO – DRE.....	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE – DRA.....	4
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – DMPL.....	5
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC (Método Indireto).....	6
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – DVA.....	6
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	8
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....	8
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	10
4. CAIXA RESTRITO.....	11
5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS.....	11
6. CONTAS A RECEBER .....	12
7. ESTOQUES .....	15
8. FORNECEDORES.....	15
9. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS.....	16
10. TRIBUTOS .....	21
11. PROCESSOS JUDICIAIS.....	26
12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	29
13. ADIANTAMENTOS E RECEITAS A APROPRIAR .....	30
14. ARRECADAÇÕES E RECEBIMENTOS.....	31
15. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS .....	31
16. INVESTIMENTOS.....	32
17. IMOBILIZADO.....	34
18. INTANGÍVEL.....	35
19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	36
20. RECEITAS E DESPESAS – EXCETO TRIBUTOS.....	36
21. PARTES RELACIONADAS .....	40

## BALANÇO PATRIMONIAL

CNPJ 34.028.316/0001-03							
ATIVO	NOTA	31/03/2026	31/12/2025	PASSIVO	NOTA	31/03/2026	31/12/2025
<b>CIRCULANTE</b>		<b>3.152.603</b>	<b>7.532.796</b>	<b>CIRCULANTE</b>		<b>7.969.096</b>	<b>13.646.185</b>
Caixa e equivalentes de caixa	3	143.430	147.827	Fornecedores	8	1.251.955	1.809.006
Caixa Restrito	4	-	10.474	Benefícios a empregados	9	3.240.517	5.677.636
Aplicações	5	801.937	551.731	Impostos e contribuições	10.6	205.671	910.204
Contas a receber	6	1.690.785	6.480.648	Impostos e encargos patronais - parcelamento	10.7	538.070	-
Estoques	7	42.942	41.590	Arrecadações e recebimentos	14	70.595	220.717
Outros valores e bens	15.1	473.509	300.526	Adiantamentos de clientes e receitas a apropriar	13	91.664	202.006
				Contas internacionais	6.2.1	16.093	19.653
				Processos Judiciais	11.4	2.034.117	2.248.696
				Empréstimos	12	-	2.040.000
				Arrendamento	17.2	432.580	443.562
				Instrumentos financeiros - derivativos	6.3	998	53
				Outros créditos	15.2	86.836	74.652
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>19.113.308</b>	<b>19.996.755</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>30.572.490</b>	<b>27.043.737</b>
Realizável a longo prazo		9.341.174	10.130.877	Contas internacionais	6.2.1	36.093	36.720
Contas a receber	6	66.938	62.659	Adiantamentos de clientes e receitas a apropriar	13	45.056	53.504
Aplicações	5	5.809.009	6.413.533	Benefícios a empregados	9	8.825.677	8.787.500
Caixa Restrito	4	-	97.648	Tributos diferidos	10.5	490.590	480.703
Tributos diferidos	10.5	1.555.543	1.581.787	Impostos e encargos patronais - parcelamento	10.7	1.821.159	-
Depósitos (Jud./Rec./Adm.)	11.2	134.485	126.496	Processos Judiciais	11.1 e 11.4	5.409.989	4.110.367
Tributos a compensar	10.2	1.484.737	1.561.204	Empréstimos	12	12.437.562	12.000.000
Outros valores e bens	15.1	290.462	287.550	Arrendamento	17.2	1.502.510	1.571.098
Investimentos	16	1.586.134	1.468.429	Outros créditos	15.2	3.854	3.845
Imobilizado	17	8.157.470	8.368.357	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>(16.275.675)</b>	<b>(13.160.371)</b>
Intangível	18	28.530	29.092	Capital	19.1	3.403.458	3.403.458
				Ajuste de Avaliação Patrimonial - AAP		3.448.004	3.436.406
				Outros Resultados Abrangentes - ORA		(6.981.236)	(7.010.977)
				Prejuízos acumulados		(16.145.901)	(12.989.258)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>22.265.911</b>	<b>27.529.551</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>22.265.911</b>	<b>27.529.551</b>

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO – DRE

CNPJ 34.028.316/0001-03		Período de três meses findo em 31 de março de	
	NOTA	2026	2025
<b>Receita líquida de vendas e serviços</b>	20.1	<b>3.858.483</b>	<b>3.949.782</b>
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	20.2	(3.705.094)	(4.011.078)
<b>Lucro bruto</b>		<b>153.389</b>	<b>(61.296)</b>
Despesas com vendas/serviços	20.3	(494.731)	(465.860)
Despesas gerais e administrativas	20.4	(2.268.933)	(1.225.140)
Outras receitas operacionais	20.5	93.515	288.677
Outras despesas operacionais	20.6	(844)	(4.130)
<b>Lucro líquido antes do resultado financeiro</b>		<b>(2.517.604)</b>	<b>(1.467.749)</b>
Receitas financeiras	20.7	348.130	50.548
Despesas financeiras	20.8	(985.024)	(282.956)
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(636.894)</b>	<b>(232.408)</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>(3.154.498)</b>	<b>(1.700.157)</b>
Tributos sobre o lucro	10.4	(4.269)	(25.791)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>(3.158.767)</b>	<b>(1.725.948)</b>

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE – DRA

CNPJ 34.028.316/0001-03		Período de três meses findo em 31 de março de	
		2026	2025
<b>Resultado líquido do período</b>		(3.158.767)	(1.725.948)
Itens que não serão reclassificados para o resultado		29.696	(191)
Remensuração de obrigações de benefícios pós emprego		10.441	(227)
Ganho - valor justo - propriedades para investimento		49.998	101
Realização do ganho pela venda de imóvel		-	(61)
CSLL diferida		(30.743)	(4)
Itens que serão reclassificados para o resultado		45	-
Investimentos patrimoniais VJORA – variação valor justo		50	-
CSLL diferida		(5)	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO</b>		<b>(3.129.026)</b>	<b>(1.726.139)</b>

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – DMPL

CNPJ 34.028.316/0001-03					
	CAPITAL	RESULTADOS	ORA	AAP	TOTAL
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>3.403.458</b>	<b>(4.546.418)</b>	<b>(7.398.609)</b>	<b>3.454.393</b>	<b>(5.087.176)</b>
Resultado líquido do período	-	(1.725.948)	-	-	(1.725.948)
Benefício pós-emprego	-	-	(228)	-	(228)
Realização do custo atribuído	-	1.829	-	(1.829)	-
Ajuste do custo atribuído	-	337	-	-	337
Ganho propriedades para investimento	-	-	101	-	101
Realização - alienação de imóvel	-	105	(61)	(44)	-
CSLL diferida	-	-	(4)	(169)	(173)
<b>Saldo em 31/03/2025 - REAPRESENTADO</b>	<b>3.403.458</b>	<b>(6.270.095)</b>	<b>(7.398.801)</b>	<b>3.452.351</b>	<b>(6.813.087)</b>
<b>Saldo em 31/12/2025</b>	<b>3.403.458</b>	<b>(12.989.258)</b>	<b>(7.010.977)</b>	<b>3.436.406</b>	<b>(13.160.371)</b>
Resultado líquido do período	-	(3.158.767)	-	-	(3.158.767)
Benefício pós-emprego	-	-	10.441	-	10.441
Ganhos/(perdas) em investimentos - VJORA	-	-	50	-	50
Realização do custo atribuído	-	1.914	-	(1.914)	-
Ganhos/(perdas) – Adoção Inicial em propriedades para investimento	-	547	49.998	-	50.545
Reversão de perdas / (perdas) imobilizado	-	-	-	14.289	14.289
CSLL diferida	-	(337)	(30.748)	(777)	(31.862)
<b>Saldo em 31/03/2026</b>	<b>3.403.458</b>	<b>(16.145.901)</b>	<b>(6.981.236)</b>	<b>3.448.004</b>	<b>(16.275.675)</b>

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC (Método Indireto)

CNPJ 34.028.316/0001-03		Período de três meses findo em 31 de	
	NOTA	2026	2025
<b>Atividades operacionais</b>			
<b>Resultado do período</b>		<b>(3.158.767)</b>	<b>(1.725.948)</b>
<b>Itens do resultado que não afetam o caixa</b>		<b>1.218.613</b>	<b>(14.754)</b>
Depreciação e amortização	20.2 e 20.4	165.792	175.530
Provisões		1.165.759	(139.340)
Despesas de variação patrimonial e perdas		1.218	14.552
Receita de variação patrimonial		(50.170)	(33.814)
Atualização de créditos tributários - Imunidade tributária e Banco Postal		(64.966)	(18.676)
Resultado da alienação de bens		(3)	(7.899)
Ganhos/Perdas - Valor Justo - Propriedades para investimento	20.6	843	2.301
Ganhos/Perdas - Valor Justo - Hedge	6.3	140	(7.408)
<b>Mutações patrimoniais</b>		<b>(698.252)</b>	<b>1.793.650</b>
Contas a receber		285.583	848.417
Estoques		(1.352)	9.411
Outros valores e bens		(122.813)	(66.572)
Arrendamento		53.572	53.533
Realizável a longo prazo		216.580	22.458
Tributos a Compensar		(59.805)	(22.268)
Fornecedores		(557.051)	163.887
Salários e Encargos Sociais		(288.167)	593.769
Impostos e contribuições		(144.480)	51.564
Incentivo Financeiro Diferido - IFD/PDI		11.882	(87.664)
Convênio Postal Saúde		(350.581)	167.874
Precatórios		28.166	294.734
Empréstimos e Financiamentos		586.170	9.734
Adiantamento a Clientes		(61.164)	(206.340)
Outras		(294.792)	(38.887)
<b>Recursos Líquidos gerados nas atividades operacionais</b>		<b>(2.638.406)</b>	<b>52.948</b>
<b>Atividades de investimento</b>			
Aplicações financeiras		452.771	129.432
Adições - ativo imobilizado	17.1	(15.105)	(63.971)
Adições - ativo intangível	18	(3.342)	(3.126)
Adições - propriedades para investimento	16.1	296	2.302
Baixas - ativo imobilizado		1	8.566
Baixas - propriedades para investimento	16.1	-	142
Adiantamento Participação Societária	16.2	(2.500)	-
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>432.121</b>	<b>73.345</b>
<b>Atividades de financiamento</b>			
Captação de Empréstimo		4.500.000	-
Depósito em conta corrente como garantia (Caixa Restrito)		10.474	-
Empréstimos e financiamentos - principal		(1.800.000)	-
Empréstimos e financiamentos – juros / comissões		(246.715)	-
Custo pela liquidação antecipada do empréstimo		(141.892)	-
Bens direito de uso - Principal		(73.592)	(76.930)
Bens direito de uso - Juros		(46.387)	(44.862)
<b>Caixa originado nas atividades de financiamento</b>		<b>2.201.888</b>	<b>(121.792)</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>(4.397)</b>	<b>4.501</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	3	147.827	114.881
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	3	143.430	119.382

## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – DVA

CNPJ 34.028.316/0001-03

	NOTA	Período de três meses findo em	
		2026	31 de março de 2025
Geração do valor adicionado			
1. Receitas		4.073.020	4.355.444
Receitas operacionais		4.002.979	4.087.382
Perda/reversão de crédito de liquidação duvidosa		(23.474)	(20.615)
Outras receitas operacionais	20.5	93.515	288.677
2. Insumos adquiridos de terceiros		(2.499.081)	(1.589.250)
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos		(1.336.285)	(1.492.087)
Serviços adquiridos de terceiros		(2.343)	(4.068)
Provisões diversas		(1.160.453)	(93.095)
3. Valor adicionado bruto (1+2)		1.573.939	2.766.194
4. Retenções		(165.792)	(175.530)
Depreciação/amortização		(165.792)	(175.530)
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3+4)		1.408.147	2.590.664
6. Valor adicionado recebido em transferência		348.130	50.548
Receitas financeiras	20.7	348.130	50.548
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)</b>		<b>1.756.277</b>	<b>2.641.212</b>
Distribuição do valor adicionado			
7. Remuneração do trabalho		2.946.507	3.048.879
Salários, honorários e benefícios		2.739.813	2.856.358
Encargos sociais		206.694	192.521
8. Remuneração do governo		646.418	625.945
INSS		486.442	475.431
Impostos e contribuições (exceto IRPJ e CSLL)		159.976	150.514
9. Remuneração do capital de terceiros		1.322.119	692.336
Aluguéis, juros, variação cambial		986.242	297.508
Outras remunerações a terceiros		335.877	394.828
10. Remuneração aos acionistas		(3.158.767)	(1.725.948)
Lucro/reserva retidos		(3.158.767)	(1.725.948)
<b>TOTAL DO VALOR DISTRIBUÍDO (7+8+9+10)</b>		<b>1.756.277</b>	<b>2.641.212</b>

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

### 1.1. Histórico da Empresa

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT é uma entidade pública de capital fechado, constituída no Brasil, sob a forma de pessoa jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério das Comunicações (MCom), com sede no Setor Bancário Norte, Quadra 1, Bloco A, Edifício Sede dos Correios, Brasília – DF. É controlada integralmente pela União, que detém 100% (cem por cento) do capital social e tem prazo de duração indeterminado, conforme estabelecido em seu Estatuto Social.

A Empresa é administrada conforme os preceitos do Estatuto Social aprovado em Assembleia e pelas legislações aplicáveis, especialmente pelo Decreto-Lei de criação nº 509/1969 (alterado pela Lei nº 12.490/2011) pelas Leis nº 6.404/1976 (alterada pela Lei nº 11.638/2007), nº 6.538/1978, nº 13.303/2016 e pelo Decreto nº 8.945/2016 e demais legislações aplicáveis.

Conforme Estatuto Social, os Correios têm por objeto planejar, implantar e explorar o serviço postal e o serviço de telegrama; explorar os serviços postais de logística integrada, financeiros e eletrônicos; explorar atividades correlatas e exercer outras atividades afins, autorizadas pelo Ministério supervisor.

Presente em quase todos os municípios do país, as atividades operacionais abrangem a prestação de serviços que vão desde o envio e o recebimento de cartas e encomendas até a logística integrada, serviços financeiros e de conveniência, tanto nos grandes centros urbanos quanto nas localidades mais longínquas do território nacional.

Além da responsabilidade pela operação no Brasil do serviço postal em regime de privilégio de exploração exclusiva, os Correios possuem atuação na área concorrencial, a qual representa a maior parte do negócio. Os principais produtos dos Correios são: SEDEX — serviço líder de envios expressos no país; Exporta Fácil — serviço de envio de encomendas do Brasil para o exterior; Telegrama/e-Carta/Carta — serviços de comunicação impressa no território nacional; Express/Standard — serviços internacionais de envio de documentos; Vale Postal Eletrônico Nacional e Vale Postal Internacional — serviços de remessa de dinheiro no Brasil e no exterior.

A Empresa ainda oferece serviços de logística destinados ao *e-Commerce* que envolvem o recebimento do pedido, preparação do pacote e envio ao comprador, bem como serviços de logística de suprimentos — Correios Log Supri — por meio da gestão da cadeia logística de suprimentos do cliente, desde o recebimento do material nos armazéns até a distribuição.

No campo social, os Correios atuam como agente de integração nacional ao garantirem à população a oferta permanente de serviços postais básicos de qualidade, em todo território nacional, a preços acessíveis, além de promoverem o acesso à cidadania, sendo um verdadeiro balcão de serviços ao cidadão e braço logístico do Estado, cujas ações garantem a execução de políticas públicas diversas.

Alinhados à política pública de universalização postal, que reúne diretrizes, normas e ações adotadas pelo governo para regulamentar, organizar e assegurar a prestação de serviços postais. Os Correios desempenham o papel de oferecer esses serviços em todo o território nacional. O objetivo é garantir que o serviço postal esteja acessível a todos os brasileiros, independentemente da localização, abrangendo áreas urbanas, rurais e regiões remotas, a preços acessíveis para a população.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) foram elaboradas em conformidade com a Lei nº 6.404/1976 e alterações posteriores, as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos aplicáveis, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) bem como às demais normas aplicáveis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM.

Declara-se, de forma explícita e sem reservas, que as presentes Demonstrações Contábeis estão em conformidade com todos os Pronunciamentos Técnicos do CPC aplicáveis.

As informações relevantes específicas das Demonstrações Contábeis estão evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 25 de maio de 2026, a diretoria executiva autorizou o encaminhamento das Demonstrações Contábeis ao Conselho de Administração, o qual aprovou a emissão em 27 de maio de 2026.

## 2.2. Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) busca evidenciar a riqueza gerada pela Empresa, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para as companhias abertas. No entanto, por força do Estatuto Social aprovado em Assembleia, a DVA foi elaborada com base em informações dos registros contábeis usados na preparação das demais demonstrações e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Resolução CVM nº 199/2024 e apresentada em conjunto com demonstrações contábeis exigidas por lei.

## 2.3. Continuidade operacional

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no pressuposto de continuidade operacional, o qual considera que a Empresa será capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal de suas operações.

Na avaliação da adequação desse pressuposto, a Administração considerou horizonte mínimo de 12 meses contados da data de autorização para emissão destas demonstrações contábeis, com base em projeções atualizadas de fluxo de caixa, análise da posição de liquidez, estrutura de capital, desempenho operacional recente, condições de acesso a financiamento e estágio de implementação das medidas previstas no Plano de Reestruturação.

Nos últimos exercícios, a Empresa vem enfrentando pressões relevantes sobre sua geração de caixa e seus resultados, decorrentes, principalmente, da redução das receitas em serviços postais tradicionais, do aumento dos custos operacionais influenciados por inflação, reajustes salariais e passivos judiciais, bem como da intensificação da concorrência em segmentos logísticos de maior rentabilidade. Soma-se a esses fatores a necessidade de manutenção de estrutura operacional com elevada capilaridade, em decorrência da obrigação legal de prestação do serviço postal universal.

Diante desse contexto, a Administração aprovou e iniciou, ao final do exercício de 2025, a implementação de Plano de Reestruturação com horizonte plurianual, estruturado em fases de estabilização financeira, reorganização operacional e modernização tecnológica. O Plano contempla iniciativas voltadas à recomposição da liquidez, ao aumento de eficiência operacional, à racionalização de despesas, ao incremento de receitas em novos mercados e ao fortalecimento da governança e dos controles internos.

Como parte das ações de estabilização da liquidez, a Empresa contratou, ao final do exercício de 2025, operação de crédito no montante de R\$ 12.000.000, destinada ao reforço da posição de caixa e ao suporte das necessidades operacionais e financeiras no curto prazo. Essa captação integra estratégia financeira mais ampla de recomposição da estrutura de capital, cujo planejamento indicativo considera, conforme a evolução das condições operacionais, de mercado e da execução das medidas previstas no Plano de Reestruturação, a eventual necessidade de acesso a fontes adicionais de financiamento.

Ressalta-se que, na data de autorização para emissão destas demonstrações contábeis, não há garantia de suporte financeiro adicional por parte do acionista controlador, tampouco assunção, nesta nota, de compromisso de aporte de recursos além daqueles já formalizados ou divulgados nas presentes demonstrações contábeis.

As projeções de fluxo de caixa elaboradas pela Administração incorporam premissas negociais, operacionais e macroeconômicas que envolvem grau relevante de julgamento, incluindo expectativas de evolução de receitas, captura de ganhos de eficiência, controle de despesas, renegociação de obrigações e eventual contratação de financiamentos complementares. A materialização dessas premissas pode ser afetada por fatores internos e externos, tais como condições de mercado, ambiente regulatório, dinâmica concorrencial, evolução dos passivos e tempestividade na implementação das ações previstas.

A Administração utilizou, nessa avaliação, as melhores informações disponíveis na data de autorização para emissão destas demonstrações contábeis. Essas informações são provenientes de sistemas corporativos, bases gerenciais e dados fornecidos pelas áreas técnicas responsáveis, e permanecem sujeitas a revisões decorrentes do aperfeiçoamento de processos, controles internos e bases informacionais.

Após a data-base, a Administração manteve o monitoramento contínuo da posição de caixa, da execução das iniciativas estratégicas e da evolução da estrutura de capital, incluindo acompanhamento sistemático de projeções de liquidez,



avaliação contínua de alternativas de financiamento, priorização de obrigações financeiras e implementação de medidas de otimização operacional, conforme aplicável.

A execução das iniciativas estratégicas e o acompanhamento da sustentabilidade econômico-financeira são realizados por meio de estrutura formal de governança, com envolvimento da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e das áreas técnicas competentes, incluindo monitoramento contínuo de indicadores de desempenho, gestão de riscos, controles internos e medidas corretivas ou mitigatórias, quando necessárias.

Com base nas análises realizadas, nas medidas já implementadas, na operação de crédito contratada, na governança instituída para acompanhamento da liquidez e nas projeções disponíveis na data de autorização para emissão destas demonstrações contábeis, a Administração concluiu ser apropriada a utilização do pressuposto de continuidade operacional na elaboração destas demonstrações contábeis.

Não obstante, a realização das premissas subjacentes às projeções e a efetiva captura dos resultados esperados do Plano de Reestruturação permanecem sujeitas ao ambiente operacional, regulatório, econômico e financeiro em que a Empresa está inserida, razão pela qual os resultados efetivamente observados poderão divergir das estimativas atualmente adotadas.

## 2.4. Implementação do Plano de Reestruturação

A Empresa encontra-se em processo de implementação do plano de reestruturação com base em três eixos complementares que abrangem ações de curto, médio e longo prazo. O primeiro eixo envolve a redução de despesas e o aumento da eficiência, por meio da revisão de contratos e gastos administrativos, da racionalização de estruturas e da desmobilização de imóveis ociosos, além da automação de processos, otimização de rotas e integração das operações logísticas, visando maior produtividade e melhoria na qualidade das entregas. O segundo eixo trata da diversificação de receitas e da modernização do modelo de negócios, com iniciativas voltadas ao fortalecimento do relacionamento com grandes clientes, ao desenvolvimento de novos serviços logísticos, digitais e financeiros e à ampliação da atuação da empresa no ecossistema da economia digital, apoiada em inovação, parcerias estratégicas e aprimoramento dos serviços. O terceiro eixo concentra-se na recuperação da liquidez e na previsibilidade financeira, contemplando, entre outras medidas, a captação de recursos de terceiros, conforme demonstrado na nota 12. Entre as medidas adicionais, destaca-se o Plano de Desligamento Voluntário (PDV) em andamento, estruturado em consonância com a capacidade financeira e as necessidades operacionais da Empresa, cuja previsão é de que a última turma de participantes efetive seu desligamento no mês de maio.

## 2.5. Principais políticas e práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis aplicadas na preparação destas informações trimestrais são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Essas políticas vêm sendo aplicadas, de modo consistente, em todos os exercícios apresentados.

As Demonstrações Contábeis Intermediárias não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas Demonstrações Contábeis anuais, portanto, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações de 2025.

## 2.6. Compatibilidade dos saldos

Os saldos comparativos apresentados nas presentes demonstrações contábeis intermediárias refletem os efeitos das reapresentações efetuadas nas Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme divulgado na Nota 4 – Reapresentação e Reclassificação de Saldos das referidas demonstrações contábeis anuais. Dessa forma, os saldos utilizados para fins comparativos já contemplam os ajustes decorrentes da revisão das estimativas associadas às contingências trabalhistas envolvendo a cumulatividade do Adicional de Atividade de Distribuição e/ou Coleta Externa (AADC) e do Adicional de Periculosidade (AP).

## 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa abrangem o numerário em espécie, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo que podem ser convertidas em dinheiro em até 90 dias, com baixo risco de perda potencial, mantidos com a finalidade de fazer frente às necessidades de caixa imediatas da operação.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	31/03/2026	31/12/2025
Caixa	3.597	3.472
Banco	8.471	27.766
Aplicações – Fundo FAE (Cotas Fundo)	131.362	116.589
<b>TOTAL</b>	<b>143.430</b>	<b>147.827</b>

#### 4. CAIXA RESTRITO

Em janeiro de 2026, a Empresa liquidou antecipadamente a operação de crédito contratada junto ao Sindicato de Credores, no valor total de R\$ 1.800.000, conforme descrito na nota 12, o que resultou na extinção das cláusulas contratuais (*covenants*) que restringiam a utilização de determinados recursos financeiros. Dessa forma, os recursos anteriormente classificados como caixa restrito passaram a estar integralmente disponíveis para livre movimentação, não havendo saldo dessa natureza ao final do primeiro trimestre de 2026.

CAIXA RESTRITO	31/03/2026	31/12/2025
<b>Circulante</b>	-	<b>10.474</b>
Conta Garantia - valor mensal	-	1
Aplicações vinculadas - CDB conta mensal	-	10.473
<b>Não Circulante</b>	-	<b>97.648</b>
Aplicações vinculadas - CDB conta fixa	-	97.648
<b>TOTAL</b>	-	<b>108.122</b>

#### 5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Nos termos da Resolução nº 4.986/2022 do Conselho Monetário Nacional (CMN), as empresas públicas somente podem aplicar suas disponibilidades financeiras oriundas de receitas próprias apenas em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados.

A política de investimento desses fundos deve ser referenciada a um dos subíndices do Índice de Mercado Anbima (IMA) ou do Índice de Duração Constante Anbima (IDkA), excetuando-se aqueles compostos por títulos atrelados à taxa SELIC. Dessa forma, os fundos são compostos, predominantemente, por títulos públicos federais, tais como, Letras do Tesouro Nacional (LTN), Notas do Tesouro Nacional Série F (NTN-F) ou Notas do Tesouro Nacional Série B (NTN-B).

As disponibilidades financeiras, decorrentes de receitas próprias, estão aplicadas em Fundos de Investimentos gerido pela BB Asset, gestora de fundos do Banco do Brasil e pela Caixa Asset, gestora de fundos da Caixa Econômica Federal em carteiras compostas por títulos públicos federais (LTN, NTN-B, NTN-F) e por operações compromissadas, estas limitadas a até 25% do patrimônio líquido do fundo.

A Empresa aplica suas disponibilidades financeiras em títulos públicos de curto e longo prazos marcados a mercado e com vencimentos até 2030. A negociação e o rebalanceamento dessas carteiras ocorrem de acordo com as necessidades de fluxo de caixa e com a política de gestão financeira da Empresa, buscando conciliar segurança, liquidez e rentabilidade.

A negociação desses títulos ocorre conforme as demandas dos fluxos de caixa da Empresa.

A seguir apresenta-se o quadro de composição das aplicações financeiras de curto e longo prazo em fundos exclusivos:

APLICAÇÕES FINANCEIRAS	NOTA	31/03/2026	31/12/2025
<b>Ativo circulante</b>		<b>801.937</b>	<b>551.731</b>
Aplicações financeiras		799.838	550.487
NTN-B/LFT 2025		-	1.206
Caixa/Operação compromissada		799.296	549.295
Ajustes fundo		542	(14)
Títulos e valores mobiliários		2.099	1.244
Aplicações - VJORA		238	188
Derivativos - Hedge	6.3	1.861	1.056
<b>Ativo não circulante</b>		<b>5.809.009</b>	<b>6.413.533</b>
Aplicações Financeiras - NTN-B/LF/RF Ref. DI		5.809.009	6.413.533
2027		5.318.181	6.410.838
2028		97.212	1.240
2029		388.019	268

APLICAÇÕES FINANCEIRAS	NOTA	31/03/2026	31/12/2025
2030		5.597	1.187
<b>TOTAL</b>		<b>6.610.946</b>	<b>6.965.264</b>

As receitas e despesas financeiras vinculadas às aplicações financeiras estão registradas na nota 20.7 e 20.8.

### 5.1. Principais Variações no Trimestre

Entre 31/12/2025 e 31/03/2026, o saldo total de aplicações financeiras passou de R\$ 6.965.264 para R\$ 6.610.946, representando uma redução de R\$ 354.318 no período. Essa variação é explicada, principalmente, pelo resgate de recursos para suprimento de caixa com o objetivo de suprir os desembolsos previstos e cumprir os compromissos assumidos em 2025, bem como pela marcação a mercado dos títulos públicos.

### 5.2. Aplicações –VJORA e Derivativos Hedge

A Empresa mantém posições em títulos e valores mobiliários classificados como Aplicações – VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) e em derivativos de hedge, utilizados no contexto da gestão de riscos financeiros. Esses instrumentos têm por objetivo mitigar a exposição a variações de taxas de juros e outros fatores de mercado; e alinhar o perfil de risco da carteira de investimentos à política financeira da Empresa.

Em relação aos instrumentos de hedge, seus efeitos contábeis são apresentados nas notas 6.3, 20.7 e 20.8.

## 6. CONTAS A RECEBER

Representam os valores a receber de clientes nacionais e internacionais em contrapartida aos serviços prestados ou bens fornecidos pela Empresa, após o cumprimento das respectivas obrigações de desempenho, conforme composição demonstrada no quadro a seguir:

CONTAS A RECEBER	NOTA	31/03/2026	31/12/2025
<b>Circulante</b>		<b>1.690.785</b>	<b>6.480.648</b>
Contas nacionais	6.1	1.665.744	1.931.057
Operação de Crédito a Receber		-	4.501.367
Contas internacionais	6.2	25.041	48.224
<b>Não circulante</b>		<b>66.938</b>	<b>62.659</b>
Contas internacionais	6.2	66.938	62.659
<b>TOTAL</b>		<b>1.757.723</b>	<b>6.543.307</b>

### 6.1. Contas a receber nacionais

Trata-se dos direitos a receber provenientes da prestação de serviços contratados e realizados dentro do território nacional.

CONTAS A RECEBER NACIONAIS	NOTA	31/03/2026	31/12/2025
Serviços faturados		1.420.288	1.737.076
Total a receber	6.1.1	1.477.749	1.777.714
(-) PECLD	6.1.1	(57.461)	(40.638)
Serviços a faturar		155.219	113.467
Agências terceirizadas		46.757	37.561
Cartões de crédito		43.480	42.953
Direito a Receber - Operação de Crédito		-	4.501.367
<b>TOTAL</b>		<b>1.665.744</b>	<b>6.432.424</b>

A redução significativa na rubrica, no total de R\$ 4.766.680, observada no primeiro trimestre de 2026 decorre, principalmente, do recebimento da totalidade dos recursos vinculados à operação de crédito com garantia da União e de recebimentos de clientes ocorridos no período.

Os valores recebidos foram destinados ao pagamento de parte das obrigações operacionais contraídas ao longo de 2025, bem como à liquidação antecipada da operação de crédito no montante de R\$ 1.800.000, contratada junto ao sindicato de credores, conforme descrito na Nota 12.

### 6.1.1. PECLD Contas a Receber Nacionais

As Perdas Esperadas de Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) são constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas esperadas na realização desses créditos.

Os percentuais e valores da PECLD, por faixa de vencimento são os seguintes:

FAIXA DE VENCIMENTO	31/03/2026			31/12/2025		
	VALORES A RECEBER	(%) PECLD	PERDA ESPERADA	VALORES A RECEBER	(%) PECLD	PERDA ESPERADA
A – A vencer	1.320.545	0,10%	(1.321)	1.545.176	0,10%	(1.545)
B – Vencidos de 1 a 30 dias	52.714	3,00%	(1.581)	149.703	3,00%	(4.491)
C – Vencidos de 31 a 60 dias	23.834	7,10%	(1.692)	18.339	7,10%	(1.302)
D – Vencidos de 61 a 90 dias	9.575	26,10%	(2.499)	9.419	26,10%	(2.458)
E – Vencidos de 91 a 180 dias	20.643	28,00%	(5.780)	29.548	28,00%	(8.273)
F – Vencidos há mais de 180 dias	50.438	88,40%	(44.588)	25.529	88,40%	(22.569)
<b>TOTAL</b>	<b>1.477.749</b>	<b>3,89%</b>	<b>(57.461)</b>	<b>1.777.714</b>	<b>2,29%</b>	<b>(40.638)</b>

A variação observada na faixa F do primeiro trimestre de 2026 está relacionada, predominantemente, à migração de aproximadamente R\$ 18.000 correspondente a faturas que anteriormente estavam classificadas na faixa E, evidenciando um envelhecimento da carteira de inadimplentes.

As perdas dedutíveis e não dedutíveis apresentaram as movimentações detalhadas abaixo:

CONCILIAÇÃO DA PECLD DOS SERVIÇOS FATURADOS	Período de três meses findo em	
	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025
A – Perda total no início do período	(40.638)	(24.393)
B – Perda dedutível em 1º de janeiro	(144)	(260)
C – Perda não dedutível em 1º de janeiro	A-B	(40.494)
D – (Adições) / Baixas	(16.823)	(16.361)
E – Perda não dedutível no final do período	C+D	(57.317)
F – Perda dedutível no final do período	(144)	(144)
<b>TOTAL</b>	<b>E+F</b>	<b>(57.461)</b>

### 6.2. Contas internacionais

Referem-se às operações realizadas entre os Correios e as demais Administrações Postais situadas em outros países, decorrentes da prestação de serviços realizada no país de destino do objeto postal, as quais resultam no reconhecimento de direito a receber ou obrigações a pagar pela Empresa.

#### 6.2.1. Contas a receber internacionais

Em março/2026 e dezembro/2025 as contas internacionais apresentaram os seguintes saldos:

CONTAS INTERNACIONAIS	NOTA	31/03/2026		31/12/2025	
		ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO
<b>Circulante</b>		<b>25.041</b>	<b>16.093</b>	<b>48.224</b>	<b>19.653</b>
Administrações postais (A)		26.843	16.093	50.488	19.653
(-) PECLD (B)		(1.802)	-	(2.264)	-
<b>Não circulante</b>		<b>66.938</b>	<b>36.093</b>	<b>62.659</b>	<b>36.720</b>
Administrações postais (C)		86.970	36.093	83.545	36.720
(-) PECLD (D)		(20.032)	-	(20.886)	-
Total Administrações Postais (A + C)	6.2.1.1	113.813	52.186	134.033	56.373
Total PECLD (B + D)	6.2.1.1	(21.834)	-	(23.150)	-
<b>TOTAL LÍQUIDO</b>		<b>91.979</b>	<b>52.186</b>	<b>110.883</b>	<b>56.373</b>

A variação dos recebíveis está associada à redução da receita dos serviços internacionais e aos recebimentos do trimestre.

#### 6.2.1.1. PECLD Contas a Receber Internacionais

Para as contas internacionais, as Perdas Esperadas de Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD), detalhadas por serviço, foram as seguintes:

ADMINISTRAÇÕES POSTAIS - PECLD	31/03/2026						31/12/2025			
	BASE DE CÁLCULO (2011 a 2022) (A)	PECLD (%)	PECLD (B)	BASE DE CÁLCULO (Demais Recebíveis) (C)	PECLD (%)	PECLD (D)	BASE DE CÁLCULO TOTAL (A+C)	TOTAL PECLD (B+D)	BASE DE CÁLCULO	PECLD (%)
EMS - interno	6	100%	(6)	-	-	-	6	(6)	6	(6)
Trânsito	7.188	100%	(7.188)	104	0,40%	-	7.292	(7.188)	7.757	(7.651)
Prime	-	100%	-	4.469	0,00%	-	4.469	-	4.201	-
Colis - import	3.238	100%	(3.238)	7.201	1,50%	(108)	10.439	(3.346)	12.397	(3.572)
LC/AO - interno	798	100%	(798)	711	3,40%	(24)	1.509	(822)	1.579	(862)
LC/AO - import	7.086	100%	(7.086)	68.762	1,60%	(1.100)	75.848	(8.186)	94.635	(8.757)
EMS -import	964	100%	(964)	11.443	5,50%	(629)	12.407	(1.593)	11.590	(1.600)
Reembolso de despesas portuárias	-	100%	-	1.815	36,60%	(664)	1.815	(664)	1.839	(673)
Surpostal - import	28	100%	(28)	-	0,00%	-	28	(28)	29	(29)
<b>TOTAL</b>	<b>19.308</b>	<b>100%</b>	<b>(19.308)</b>	<b>94.505</b>	<b>2,47%</b>	<b>(2.526)</b>	<b>113.813</b>	<b>(21.834)</b>	<b>134.033</b>	<b>(23.150)</b>

### 6.3. Hedge

Trata-se de derivativos contratados pelos Correios com o objetivo de proteger o resultado do período das variações cambiais provenientes das contas a receber e a pagar internacionais. Essas contas são precificadas com base no Direito Especial de Saque - DES, (constituída de uma cesta de moedas composta pelo Dólar dos EUA, Euro, Yuan, Iene e Libra Esterlina) instrumento monetário criado pelo Fundo Monetário Internacional.

A operação de *hedge* vigente foi constituída na modalidade *Zero Cost Collar*, que consiste na compra de uma opção de venda (*Put*) e venda de opção de compra (*Call* – para financiamento da compra da *Put*) cuja combinação gera uma proteção sem custo inicial de montagem.

O quadro a seguir detalha o valor atual da operação:

CONTRAPARTE	VIGÊNCIA	OPÇÃO	LIMITES INF. E SUP. DA COTAÇÃO DES/R\$	VALOR NOCIONAL DES	VALOR NOCIONAL R\$
Banco Citibank S.A.	31/07/2025	Compra de opção de venda ( <i>put</i> )	7,59030	9.300	70.590
	a 31/01/2026	Venda de opção de compra ( <i>call</i> )	8,35237		77.677
Banco Citibank S.A.	31/01/2026	Compra de opção de venda ( <i>put</i> )	7,22750	10.300	74.443
	a 31/07/2026	Venda de opção de compra ( <i>call</i> )	7,71174		79.431

DESCRIÇÃO	31/03/2026	VALOR JUSTO	31/12/2025
Derivativos – <i>hedge</i> (ativo)	1.861	805	1.056
Instrumentos financeiros – derivativos (passivo)	(998)	(945)	(53)
<b>TOTAL (ATIVO – PASSIVO)</b>	<b>863</b>	<b>(140)</b>	<b>1.003</b>

Em 31 de janeiro de 2026, ocorreu o vencimento da operação contratada com o Banco Citibank. Na referida data, a cotação do DES situou-se abaixo do preço de exercício da opção de venda (*Put*), resultando em ajuste financeiro positivo de R\$ 3.374. Concomitantemente, foi celebrada nova operação de *hedge*, com vencimento em 31 de julho de 2026.

Ao longo do trimestre, a cotação do DES apresentou desvalorização de 6,13%, o que gerou variação cambial negativa de R\$ 5.149. No mesmo período, o valor justo do *hedge* registrou perda de R\$ 140. Por outro lado, a operação teve variação positiva de R\$ 3.234.

Dessa forma, o resultado combinado entre a variação cambial e os ganhos e perdas do *hedge* apurou perda líquida de R\$ 1.915 no período, conforme demonstrado no quadro a seguir.

EFETIVIDADE DO HEDGE	Período de três meses findo em 31 de março de		Período de doze meses findo em 31 de dezembro de
	2026	2025	2025
A - Receita de variação cambial	2.284	4.891	68.433
B - Despesa de variação cambial	(7.433)	(10.574)	(26.182)
<b>C - Resultado da variação cambial (A+B)</b>	<b>(5.149)</b>	<b>(5.683)</b>	<b>42.251</b>
D - Ganhos/perdas - valor Justo	(140)	7.408	(6.838)
E - Ganhos/perdas - realização	3.374	-	(661)
<b>F - Total dos ganhos/perdas hedge (D+E)</b>	<b>3.234</b>	<b>7.408</b>	<b>(7.499)</b>
<b>G - Total da variação cambial + ganhos e perdas hedge (C+F)</b>	<b>(1.915)</b>	<b>1.725</b>	<b>34.752</b>
H - Hedge/variação cambial	<b>62,8%</b>	<b>130,4%</b>	<b>17,7%</b>

## 7. ESTOQUES

Os estoques estão atualmente armazenados em um único centro de distribuição de materiais já existente, responsável por suprir as unidades administrativas e operacionais, consolidando o armazenamento que antes era realizado em dois centros. Essa mudança visa otimizar os recursos financeiros e operacionais. As perdas esperadas com estoque referem-se a materiais classificados como obsoletos ou danificados, que aguardam os procedimentos de baixa contábil.

Demonstra-se a movimentação ocorrida no primeiro trimestre de 2026/2025 e no acumulado até dezembro de 2025:

ESTOQUES - MOVIMENTAÇÃO	Período de três meses findo em 31 de março de		Período de doze meses findo em 31 de dezembro de
	2026	2025	2025
Saldo inicial do Período	41.590	64.533	64.533
Entradas	18.717	12.650	57.619
Baixas/Alijamento/Perdas	(19)	(253)	(1.263)
Saídas	(17.346)	(21.809)	(79.299)
<b>Saldo final do período</b>	<b>42.942</b>	<b>55.121</b>	<b>41.590</b>

Os estoques apresentaram variação de R\$ 1.352 no período, decorrente, principalmente, do volume de entradas superior às saídas no trimestre, conforme demonstrado no quadro de movimentação. As aquisições concentraram-se em materiais de consumo operacionais, enquanto as saídas refletem a distribuição regular às unidades, não sendo identificados efeitos relevantes fora do curso normal das operações.

## 8. FORNECEDORES

Os saldos de fornecedores representam obrigações da Empresa com de pessoas físicas e jurídicas decorrentes da contratação de serviços, bem como do fornecimento de materiais e produtos necessários à adequada realização da atividade operacional da Empresa.

O saldo da conta de fornecedores está associado, principalmente a prestadores de serviços, relacionados à operação da Empresa, com destaque para empresas de benefícios corporativos e contratos operacionais firmados com terceiros.

A variação nessa rubrica decorre, principalmente, da normalização do fluxo de pagamento após o recebimento de recursos vinculados à operação de crédito com garantia da União, demonstrando uma melhora na disponibilidade financeira da Empresa.

Demonstra-se a movimentação ocorrida no período:

FORNECEDORES - MOVIMENTAÇÃO	Período de três meses findo em 31 de março de		Período de doze meses findo em 31 de dezembro de
	2026	2025	2025
Saldo inicial do período	1.809.006	1.258.346	1.258.346
Adições	5.585.249	4.034.543	16.260.207
Pagamentos	(6.094.807)	(3.809.058)	(15.143.176)
Descontos	(47.493)	(61.598)	(566.371)
<b>Saldo final do período</b>	<b>1.251.955</b>	<b>1.422.233</b>	<b>1.809.006</b>

## 9. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Referem-se a todas as formas de compensação proporcionadas pela Empresa em troca de serviços prestados pelos seus empregados ou pela rescisão do contrato de trabalho.

BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	NOTA	31/03/2026	31/12/2025
<b>Ativo Circulante</b>		<b>184.939</b>	<b>77.559</b>
Adiantamento de Pessoal	9.1	184.755	77.461
Convênio Postal Saúde	9.2	184	98
<b>TOTAL ATIVO</b>		<b>184.939</b>	<b>77.559</b>
<b>Passivo Circulante</b>		<b>3.240.517</b>	<b>5.677.636</b>
Salários e Encargos	9.2.2	1.892.234	3.979.675
Benefício pós-emprego		653.912	640.962
Convênio Postal Saúde	9.2	543.346	893.927
Obrigações trabalhistas	9.4.2	151.025	163.072
<b>Passivo Não circulante</b>		<b>8.825.677</b>	<b>8.787.500</b>
Benefício pós-emprego		8.736.342	8.722.192
Obrigações trabalhistas	9.4.2	85.051	61.123
Obrigações com herdeiros	9.3	4.284	4.185
<b>TOTAL PASSIVO</b>		<b>12.066.194</b>	<b>14.465.136</b>

### 9.1. Adiantamento de Pessoal

Referem-se aos direitos a receber pela concessão de adiantamentos a empregados, inclusive àqueles cedidos a outros órgãos. A variação ocorrida no período decorre, principalmente, dos adiantamentos de 13º salário, os quais são liquidados anualmente quando do pagamento anual do benefício em dezembro de cada exercício.

ADIANTAMENTO DE PESSOAL	31/03/2026	31/12/2025
Adiantamento de 13º salário	139.363	-
Adiantamento de férias	30.143	64.212
Adiantamento salarial	7.004	6.291
Empregados cedidos	7.751	6.890
Demais adiantamentos	494	68
<b>TOTAL</b>	<b>184.755</b>	<b>77.461</b>

A redução de adiantamento de férias deve-se, principalmente à diminuição da quantidade de pedidos de adiantamento no primeiro trimestre de 2026, quando comparado a quantidade de pedidos em dezembro de 2025.

### 9.2. Convênio Postal Saúde

Referem-se aos direitos a receber ou obrigações a pagar geradas nas operações realizadas entre os Correios e a Postal Saúde, relativas à operacionalização dos planos de saúde ofertados aos empregados, à gestão do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), bem como a cessão de empregados e utilização de imóveis dos Correios pela Postal Saúde.

CONVÊNIO POSTAL SAÚDE	NOTA	31/03/2026	31/12/2025
<b>A - Ativo</b>		<b>184</b>	<b>98</b>
Concessão de uso de espaço		89	98
Empregados liberados		95	-
<b>B - Passivo</b>		<b>543.346</b>	<b>893.927</b>
Plano de Saúde – Aposentados	9.5.1	114.677	287.007
Plano de Saúde - Ativos		395.615	569.478
Saúde ocupacional		33.054	37.442
<b>Saldo a receber/(pagar) (A-B)</b>		<b>(543.162)</b>	<b>(893.829)</b>

#### 9.2.1. Plano de Saúde – Aposentados

A redução da obrigação relativa a custos assistenciais com o plano de saúde decorre da quitação de parcelas em atraso referente ao exercício de 2025, cujo cronograma de pagamento se estende até junho de 2026.

#### 9.2.2. Plano de Saúde – Ativos

A redução da obrigação relativa a custos assistenciais e despesas administrativas com o plano de saúde decorre da quitação de parcelas em atraso referente ao exercício de 2025, cujo cronograma de pagamento se estende até junho de 2026.

### 9.3. Salários e Encargos Sociais

Correspondem às obrigações devidas no mês, provenientes de despesas fixas e variáveis, tais como apropriação de férias e 13º salário (à base de 1/12 avos), contribuições previdenciárias e demais encargos sociais retidos.

SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS	NOTA	31/03/2026	31/12/2025
<b>Circulante</b>		<b>1.892.234</b>	<b>3.979.675</b>
<b>Salários</b>		<b>1.631.230</b>	<b>1.720.133</b>
Férias	9.3.1	1.351.270	1.455.708
13º salário		184.526	32.636
INSS – empregado		52.654	48.569
Postalis (PostalPrev) – empregado		22.046	39.950
Obrigações trabalhistas		14.933	118.724
Postalis (PBD) – empregado		5.798	24.544
Retenção SEST/SENAT		3	2
<b>Encargos Sociais</b>		<b>261.004</b>	<b>2.259.542</b>
INSS - empregador	9.3.2	137.073	1.795.178
FGTS		51.216	73.783
Postalis (BD) - empregador	9.3.3	35.917	133.006
Postalis (PostalPrev) - empregador	9.3.3	20.694	37.495
Salário educação	9.3.2	14.086	217.526
INSS autônomos/avulsos		889	1.226
Senai adicional		1.129	1.328
<b>Não Circulante</b>		<b>4.284</b>	<b>4.185</b>
Salários - Obrigações com herdeiros		4.284	4.185
<b>TOTAL</b>		<b>1.896.518</b>	<b>3.983.860</b>

#### 9.3.1. Férias e 13º Salário

A variação identificada nessas rubricas, deve-se, principalmente ao pagamento das verbas rescisórias provenientes do desligamento de mais de 850 empregados que aderiram ao Plano de Demissão Voluntária (PDV).

#### 9.3.2. INSS – Empregador e Salário Educação

A redução dessas rubricas decorre do acordo de parcelamento de impostos e encargos patronais firmado com a Receita Federal do Brasil, com a correspondente reclassificação dos débitos para as contas específicas de passivos tributários parcelados, conforme nota 10.7.

#### 9.3.3. Postalis (BD) empregador e Postalis (PostalPrev) empregador

A variação observada nas rubricas de contribuições patronais ao Postalis (BD) e ao Postalis (PostalPrev) decorre, principalmente, da quitação dos encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamento em dezembro de 2025.

### 9.4. Obrigações trabalhistas

Corresponde ao valor remanescente devido em relação ao Incentivo Financeiro Diferido (IFD), oferecido aos empregados que aderiram aos Planos de Desligamento Incentivado (PDI 2017 / PDI 2021) e ao Plano de Desligamento Voluntário (PDV 2024), sendo que este último foi iniciado no exercício de 2024 estendendo-se até abril de 2026.

Os referidos planos visaram contribuir para as ações de redução de despesas na área de pessoal e de adequação da força de trabalho, em alinhamento à estratégia da Empresa, por meio do desligamento voluntário de empregados elegíveis aos programas.

PLANO	Nº Adesões em 31/03/2026	Novas Adesões*	Quitações**	Nº Adesões em 31/12/2025
PDI 2017	173	-	(10)	183
PDI 2021	6.303	-	-	6.303
PDV 2024	1.650	3.392	(2.540)	798

PLANO	Nº Adesões em 31/03/2026	Novas Adesões*	Quitações**	Nº Adesões em 31/12/2025
<b>Total de Adesões</b>	<b>8.126</b>	<b>3.392</b>	<b>(2.550)</b>	<b>7.284</b>

\* Adesão de beneficiários ao PDV/2024.

\*\* Redução de beneficiários pela quitação do Incentivo Financeiro Diferido.

#### 9.4.1. Valor presente

Para o cálculo do valor presente do IFD, os fluxos mensais de pagamentos futuros foram ajustados por uma taxa de desconto selecionada a partir da avaliação de rendimento de títulos livres de risco, negociados pelo Tesouro Nacional, em conformidade com as disposições do CPC 12(R1), aprovado pela resolução CVM nº 190/2023.

O critério adotado para seleção do título foi a *duration*, escolhendo-se títulos cujo prazo inferior seja o mais próximo possível da estrutura de vencimento dos fluxos de desembolsos do IFD.

#### 9.4.2. Movimentações – Incentivo Financeiro Diferido – IFD

A obrigação referente ao IFD dos programas PDI/PDV está distribuída conforme quadro a seguir:

MOVIMENTAÇÃO - INCENTIVO	PDI 2017		PDI 2021		PDV 2024	
	Período de três meses findo em 31 de março de 2026	Período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025	Período de três meses findo em 31 de março de 2026	Período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025	Período de três meses findo em 31 de março de 2026	Período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025
<b>Saldo inicial do período</b>	5.612	110.942	181.786	302.266	36.797	27.800
Adição	-	684	44	111	57.382	309.208
Atualização	178	2.348	7	16.160	-	905
Apropriação AVP	1	35.646	4.381	15.458	(143)	(2.027)
Amortização	(1.845)	(144.008)	(38.497)	(152.209)	(9.627)	(299.089)
<b>Saldo final do período</b>	<b>3.946</b>	<b>5.612</b>	<b>147.721</b>	<b>181.786</b>	<b>84.409</b>	<b>36.797</b>

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS - IFD	31/03/2026	31/12/2025
Circulante	151.025	163.072
Não circulante	85.051	61.123
<b>TOTAL</b>	<b>236.076</b>	<b>224.195</b>

O aumento do saldo total do IFD reflete, principalmente, a entrada de novos beneficiários no PDV 2024, parcialmente compensada pela amortização de parcelas pagas no período.

##### 9.4.2.1. Plano de desligamento voluntário – PDV/2024

As adesões ao Programa de Desligamento Voluntário (PDV/2024) foram encerradas em abril de 2026, tendo como objetivo oferecer suporte financeiro aos empregados que optassem pelo desligamento, de acordo com os critérios estabelecidos no regulamento.

Os valores a serem pagos, conforme escolha do empregado no momento da adesão ao programa, podem ser quitados à vista ou em 12, 24, 48 ou 96 parcelas, atualizadas anualmente pelo IPCA.

Dos empregados que aderiram ao PDV/2024, 4.632 foram efetivamente desligados até 31/03/2026, dentre os quais 2.982 empregados já tiveram seus incentivos quitados, enquanto 1.650 ainda possuem valores a receber.

Essa movimentação está em linha com a estratégia da Empresa de adequar o quadro de pessoal e reduzir despesas recorrentes com folha de pagamento, com impactos relevantes na redução de obrigações trabalhistas de curto e longo prazos.

#### 9.5. Benefício pós-emprego

Os Correios são patrocinadores do Postalís e mantenedores da Postal Saúde, que oferecem aos empregados planos de previdência complementar e assistência à saúde, respectivamente.

Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da Empresa referem-se, principalmente, aos benefícios de aposentadoria complementar pagáveis a partir do fim do vínculo empregatício.

Os planos também são impactados por premissas atuariais que incluem: estimativas demográficas, econômicas e financeiras, e, pelos ativos, mensurados pelo seu valor justo, substancialmente compostos por investimentos que compõem as carteiras dos planos de benefícios.

### 9.5.1. Obrigação atuarial líquida reconhecida no balanço

OBRIGAÇÃO ATUARIAL LÍQUIDA	PBD		CORREIOSSAÚDE		CORREIOSSAÚDE II		TOTAL	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
<b>Passivo circulante</b>	<b>620.191</b>	<b>704.330</b>	<b>1.666</b>	<b>1.666</b>	<b>182.649</b>	<b>354.979</b>	<b>804.506</b>	<b>1.060.975</b>
Encargos sociais	35.917	133.006	-	-	-	-	35.917	133.006
Convênio CorreiosSaúde	-	-	-	-	114.677	287.007	114.677	287.007
Déficit	430.149	404.046	1.666	1.666	67.972	67.972	499.787	473.684
PED	154.125	167.278	-	-	-	-	154.125	167.278
<b>Passivo não circulante</b>	<b>7.007.985</b>	<b>6.993.835</b>	<b>23.905</b>	<b>23.905</b>	<b>1.704.452</b>	<b>1.704.452</b>	<b>8.736.342</b>	<b>8.722.192</b>
Déficit	4.715.291	4.720.449	23.905	23.905	1.704.452	1.704.452	6.443.648	6.448.806
PED	2.292.694	2.273.386	-	-	-	-	2.292.694	2.273.386
<b>TOTAL</b>	<b>7.628.176</b>	<b>7.698.165</b>	<b>25.571</b>	<b>25.571</b>	<b>1.887.101</b>	<b>2.059.431</b>	<b>9.540.848</b>	<b>9.783.167</b>
Contrato de dívida atuarial -	5.181.357	5.330.220	-	-	-	-	-	-
Contrato de dívida financeira -	2.500.427	2.422.927	-	-	-	-	-	-
AVP e atualização	(53.608)	(54.982)	-	-	-	-	-	-

#### 9.5.1.1. Plano CorreiosSaúde

O plano CorreiosSaúde, destinado aos pais dos empregados ativos e aposentados dos Correios em tratamento médico, cujas despesas são custeadas na proporção de 93% pela Empresa e 7% pelos empregados.

#### 9.5.1.2. Plano CorreiosSaúde II

O plano CorreiosSaúde II, mantido pelos Correios, destina-se aos empregados ativos, aposentados e respectivos dependentes. O custeio do plano é paritário entre os funcionários ativos, enquanto os beneficiários aposentados assumem integralmente suas mensalidades e coparticipações, inclusive as de seus dependentes nos termos da Lei 9.656/1998.

Todavia, devido à identificação de subsídio cruzado e de decisão judicial, transitada em julgado no dia 05/10/2022 pela 4ª Vara do Trabalho de São Paulo, que determinou a restauração do custeio paritário para o grupo de aposentados representados pelo Sintect/SP, a Empresa promoveu o reconhecimento de obrigações de benefício pós-emprego de saúde.

#### 9.5.1.3. Plano PostalPrev

O PostalPrev é um plano de previdência complementar estruturado na modalidade de Contribuição Variável (CV). Essa modalidade de plano combina características dos planos de benefício definido e de contribuição definida, pois, durante a fase de acumulação, as contribuições são previamente estabelecidas e registradas em contas individualizadas em nome do participante, cujo saldo varia conforme os aportes e a rentabilidade dos investimentos, enquanto, na fase de concessão do benefício, pode haver a conversão desse saldo em uma renda que pode assumir características de benefício definido, caso o assistido opte pela renda vitalícia para receber o benefício ou permanecer ajustável ao longo do tempo, se a opção for por um benefício com prazo determinado. Na primeira opção, representa um risco atuarial que é compartilhado entre a patrocinadora e o conjunto de assistidos que optaram pela renda vitalícia, uma vez que a manutenção dos pagamentos ao longo do tempo depende de premissas como longevidade, taxa de juros e desempenho dos investimentos, exigindo o equilíbrio financeiro e atuarial do plano para estes beneficiários.

O plano PostalPrev conta com fundo previdencial destinado a suprir a cobertura dos valores pagos a título dos benefícios de aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte.

O *superávit* apurado no PostalPrev (Plano CV) não está sendo reconhecido, uma vez que ainda não há evidências de que ele poderá efetivamente reduzir as contribuições da Empresa ou que será reembolsável no futuro. Todavia, o excesso de despesa reconhecido no período, proveniente do pagamento das contribuições normais, conforme percentuais estabelecidos no plano de custeio, é reclassificado para outros resultados abrangentes (ORA) no Patrimônio Líquido.

#### 9.5.1.4. Plano de Benefício Definido - PBD

O Plano de Benefício Definido é aquele em que participantes e patrocinadora contribuem, solidariamente, para os benefícios programáveis e de risco.

O referido plano foi saldado mediante alteração em seu regulamento em 2008 e assegura a seus participantes e assistidos benefícios de aposentadoria, pensão, auxílio funeral, auxílio-doença, benefício proporcional diferido, portabilidade e resgate. Atualmente o PBD não recebe mais adesões, assim definido como "em extinção".

##### 9.5.1.4.1. Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)

O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado entre os Correios, Postalís e Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) foi segmentado em duas etapas: uma atinente ao plano de equacionamento do déficit (concluída) e outra relacionada à migração do PBD para um plano de contribuição definida. Esta última etapa encontra-se em avaliação pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

##### 9.5.1.4.2. Plano de Equacionamento de Déficit - PED

O Plano de Equacionamento de Déficit (PED) foi estruturado com o objetivo de restabelecer o equilíbrio financeiro e atuarial do Plano de Benefício Definido (PBD), o qual mesmo sendo saldado em 2028, apresentou déficits acumulados ao longo dos anos.

Conforme definido no PED, o déficit foi dividido entre as partes responsáveis: participantes (ativos e assistidos) e patrocinadora (Correios), em bases equivalentes.

A parcela atribuída aos participantes foi equacionada por meio de alterações no regulamento do plano, aprovadas pelos órgãos reguladores, que implicaram, principalmente, na redução de benefícios futuros. Essa medida tem efeito permanente e visa adequar os compromissos do plano à sua capacidade financeira.

Já a parcela de responsabilidade dos Correios foi formalizada por meio de um Contrato de Confissão de Dívida, no qual a patrocinadora se compromete a quitar seu montante por meio de pagamentos mensais. Esses pagamentos são realizados segundo o Sistema Price (parcelas fixas), ao longo de um prazo de longo prazo, restando 334 parcelas mensais a serem pagas pela Empresa.

Dessa forma, o PED estabelece medidas de ajustes nos benefícios e aportes financeiros da patrocinadora, com o objetivo de garantir a sustentabilidade do plano e a continuidade do pagamento dos benefícios aos participantes e assistidos.

#### 9.6. Obrigação atuarial dos Correios/Postalís

A obrigação atuarial reconhecida nos Correios está em conformidade com as disposições do CPC 33 (R1), aprovado pela Resolução CVM nº 110/2022, que estabelece as premissas a serem utilizadas pela patrocinadora no reconhecimento das obrigações de benefício pós-emprego. Por outro lado, o Postalís ao efetuar o cálculo da sua obrigação atuarial, segue obrigatoriamente as premissas estabelecidas nos normativos emitidos pela PREVIC. A tabela a seguir apresenta as premissas atuariais do PBD, empregadas no cálculo das provisões matemáticas na avaliação atuarial de 31/12/2025, pela consultoria contratada pelos Correios e pelo Postalís:

PREMISSA	CORREIOS	POSTALIS
Taxa de juros atuarial	6,27%	4,80% ao ano
Tábua de Mortalidade Geral de Válidos	BR-EMSsb-v.2021 (M&F) (A5%)	AT-2000 M&F
Tábua de Entrada em invalidez	Light Forte (D85%)	Light Média (D75%)
Taxa de juros atuarial	6,63% a.a.	4,75% a.a.
Tábua de mortalidade geral de válidos	BR-EMSsb-v.2021 (M&F) (A3%)	AT-2000 M&F

PREMISSA	CORREIOS	POSTALIS
Tábua de entrada em invalidez	Light Forte (D81%)	Light Média (D75%)
Tábua de mortalidade de inválidos	RP-2000 Disabled (M&F) (D46%)	AT-49 M (A25%)
Taxa esperada de inflação de longo prazo	4,04%	3,96%
Fator de capacidade	98,21%	98%
Idade de aposentadoria	Maior tempo entre: (i) elegibilidade à aposentadoria do plano; e (ii) elegibilidade à aposentadoria do INSS aos 65 anos (M) ou 62 anos (F), observadas as regras de transição da EC 103/2019	27 meses acima da idade para a 1ª. Elegibilidade ao benefício pleno
Rotatividade anual (percentual)	Exp. Postalís Rotatividade 2022(A25%)	Exp. Postalís Rotatividade 2022 (A25%)
Composição familiar dos participantes ativos	Calculada com base nos dados de dependentes informada	Família padrão calculada com base nos dados de dependentes informada na data base da avaliação atuarial
Composição familiar dos participantes assistidos	Família real informada na base cadastral	Família real informada na base cadastral
Indexador do plano de benefícios	INPC	INPC

A diferença entre a obrigação atuarial apurada mediante a utilização de títulos públicos e de títulos corporativos será apresentada na demonstração anual.

O quadro a seguir apresenta de forma geral o efeito das diferenças em relação às obrigações líquidas, bem como a parcela da obrigação de responsabilidade dos Correios em conformidade a cada legislação.

OBRIGAÇÃO DO PLANO BD – CORREIOS (CPC 33) X POSTALIS	31/03/2026	31/12/2025
A - Correios	(7.681.784)	(7.753.147)
B - AVP	53.608	54.982
C – Valor Líquido (A + B)	(7.628.176)	(7.698.165)
D – Postalís	(7.954.152)	(7.935.229)
<b>DIFERENÇA (D - C)</b>	<b>(325.976)</b>	<b>(237.064)</b>

Em um cenário de equacionamento, o valor de desembolso pelos Correios será apurado pelo Instituto e, até março de 2026, demonstra-se superior em R\$ 325.976 quando comparado ao passivo registrado na Empresa.

## 10. TRIBUTOS

### 10.1. Imunidade Tributária

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT foi instituída pelo Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969, possuindo regime jurídico equiparado ao da Fazenda Pública, em razão de atuar sob regime de exclusividade na prestação de serviços públicos essenciais de competência da União, relacionados à atividade postal e ao correio aéreo nacional, nos termos do art. 21, inciso X, da Constituição Federal de 1988.

Nessa condição, os Correios configuram-se como uma extensão da União, estando os serviços por eles prestados abrangidos pela imunidade tributária recíproca. Ademais, as demais atividades econômicas exercidas pela Empresa têm como finalidade viabilizar financeiramente a prestação dos serviços postais sujeitos à reserva constitucional. Assim, em consonância com o texto constitucional, a renda, o patrimônio e os serviços dos Correios são imunes à incidência de impostos federais, estaduais e municipais.

Destaca-se que, a promulgação da Emenda Constitucional nº 132/2023, confere aos Correios a imunidade ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, contribuições atualmente recolhidas e que deixarão de existir no novo modelo tributário.

### 10.2. Tributos a compensar

Em 31 de março de 2026, a Empresa apresenta o saldo de R\$ 1.638.005 em crédito tributário a recuperar. A maior parte desse valor diz respeito à recuperação de créditos vinculados à imunidade tributária a impostos. Os saldos ativados referem-

se ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), além das contribuições ao Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), em períodos em que se aplicou o regime da não cumulatividade na apuração dessas contribuições. As variações dos saldos nos períodos comparativos, decorrem da utilização dos créditos por meio de compensações e da atualização monetária.

TRIBUTOS, IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A COMPENSAR	31/03/2026	31/12/2025
<b>Circulante</b>	<b>153.268</b>	<b>16.997</b>
Demais impostos e encargos sociais a compensar	130.252	-
Imunidade Tributária	23.016	16.997
<b>Não circulante</b>	<b>1.484.737</b>	<b>1.561.204</b>
Imunidade tributária	1.442.352	1.519.395
Outros Créditos	42.385	41.809
<b>TOTAL</b>	<b>1.638.005</b>	<b>1.578.201</b>

No quadro a seguir estão demonstradas as movimentações acumuladas até 31/03/2026, ocorridas no grupo de tributos a recuperar.

TRIBUTOS A COMPENSAR	IMUNIDADE			DEMAIS CRÉDITOS A COMPENSAR		TOTAL
	IR	PIS/COFINS	DEMAIS IMPOSTOS	OUTROS CRÉDITOS	RETENÇÕES FONTE	
<b>Saldo em 31/12/2025</b>	<b>583.845</b>	<b>655.745</b>	<b>279.805</b>	<b>41.809</b>	<b>16.997</b>	<b>1.578.201</b>
Valor Original	-	-	-	-	26.399	26.399
Baixa/Reversões	-	(10.637)	-	-	-	(10.637)
Juros Selic	8.571	48.701	6.573	576	545	64.966
Compensação	-	-	-	-	(20.924)	(20.924)
<b>Saldo em 31/03/2026</b>	<b>592.416</b>	<b>693.809</b>	<b>286.378</b>	<b>42.385</b>	<b>23.017</b>	<b>1.638.005</b>
Pedido Deferido	18.003	693.809	-	-	23.017	734.829
Pedidos Aguardando Análise SRF	488.195	-	-	-	-	488.195
Pedidos Aguardando Julgamento	86.218	-	286.378	42.385	-	414.981

### 10.3. Imposto de Renda e PIS/COFINS

O saldo de R\$ 592.416 refere-se a créditos de Imposto de Renda em discussão na esfera administrativa, vinculados a oito pedidos de restituição.

Desse montante, cinco pedidos, no valor total de R\$ 488.195, aguardam o refazimento das decisões pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, em decorrência de novo julgamento realizado em outubro de 2025 pela Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Pernambuco (DRJ/PE). Tais pedidos já haviam sido objeto de decisões favoráveis no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e, posteriormente, da Câmara Superior de Recursos Fiscais.

Adicionalmente, dois pedidos já tiveram suas decisões refeitas pela Receita Federal, restando, para os próximos meses, a habilitação e a utilização de créditos no montante de R\$ 18.003.

Consta pendente de julgamento no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais um pedido de restituição, no valor de R\$ 86.218.

No que se refere aos créditos de PIS e COFINS, estes decorrem do reconhecimento, em 2024, de indébito tributário relacionado ao recolhimento indevido dessas contribuições no regime não cumulativo, no período de julho de 2012 a dezembro de 2017. O saldo atualizado desses créditos totaliza R\$ 693.809.

Os valores serão compensados conforme a Portaria Normativa MF nº 14/2024, que determina sua utilização em no mínimo 60 parcelas. Em março de 2026 foi compensado o valor de R\$ 10.637, estimando-se que esse saldo seja realizado até 2031.

Em razão da imunidade tributária, desde o exercício de 2016 a Empresa não realiza a apuração do Imposto de Renda. Da mesma forma, passou a recolher o PIS e a COFINS pelo regime cumulativo, nos termos dos artigos 8º e 10º das Leis nº 10.637/2002 e nº 10.833/2003, respectivamente.

#### 10.3.1. Demais Impostos

Referem-se aos débitos tributários relacionados ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) incidente sobre as operações dos Correios e ao Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre Operações de Câmbio, empréstimos e receitas financeiras, recolhidos entre 2019 e 2023.

Tais valores foram objeto de pedidos de restituição administrativa, fundamentados no reconhecimento da imunidade tributária ampla da estatal, ocorrido em 2023, incluindo as respectivas atualizações monetárias.

O saldo atualizado desses pedidos, acrescido da taxa Selic, totaliza R\$ 286.378, encontrando-se os processos pendentes de julgamento na esfera administrativa.

### 10.3.2. Demais Créditos a Compensar

A Empresa possui créditos tributários registrados no ativo, decorrentes de tributos federais a recuperar, classificados conforme a seguir:

#### 10.3.2.1. Outros Créditos

Os outros créditos correspondem a pedidos de restituição de tributos federais, totalizando R\$ 42.385, atualizados pela taxa Selic, relacionados ao Imposto de Renda (IR) e à Contribuição Previdenciária (INSS).

Esses processos encontram-se em trâmite na esfera administrativa, distribuídos entre as Delegacias de Julgamento (DRJ) e o CARF.

#### 10.3.2.2. Retenções na fonte

As retenções na fonte referem-se a tributos recolhidos antecipadamente ao fisco, passíveis de utilização no exercício subsequente, na forma de saldos negativos ou compensações com tributos a pagar no exercício corrente, totalizando R\$ 23.017.

O principal tributo a compensar nesse grupo é a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), retida na fonte, que representa R\$ 16.725.

### 10.4. Tributos sobre o lucro

Em razão da imunidade tributária, a Empresa apura exclusivamente a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) pelo regime do lucro real, por meio de estimativas mensais baseadas em balancetes de suspensão ou redução, à alíquota de 9%.

Em 31 de março de 2026, a Empresa apresentou base negativa de CSLL, razão pela qual não houve reconhecimento de despesa corrente relativa a esse tributo no exercício.

Quanto aos tributos diferidos ativo, não foram reconhecidos, mesmo tendo havido diferenças temporárias ou relacionadas à base negativa de CSLL conforme nota 10.4.2.1.

Todavia, foram reconhecidos a título de passivo fiscal diferido o valor de 4.269, em função das diferenças entre a despesa de depreciação societária e a depreciação fiscal.

DEMONSTRATIVO DE TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	NOTA	Período de três meses findo em 31 de março de		Período de doze meses findo em 31 de dezembro de
		2026	2025	2025
Resultado antes da CSLL		(3.154.498)	(1.700.157)	(8.422.608)
Efeitos da CSLL – alíquota vigente (9%)		(283.905)	(153.014)	(758.035)
Efeitos sobre as diferenças permanentes (9%)		(3.002)	14.102	(8.026)
Efeitos sobre as diferenças temporárias (9%)		93.781	(18.221)	17.227
Sobre Provisões/Reversões		103.805	(14.245)	34.681
Sobre Valor justo e Custo Atribuído Lei 12.973/2014		(5.755)	(441)	(1.379)
Sobre Ajustes da Lei 12.973/2014		(4.269)	(3.535)	(16.075)
Efeito total sobre o lucro/prejuízo fiscal (9%)		(193.126)	(157.133)	(748.834)
CSLL diferida		(4.269)	(25.791)	(35.185)
Constituição de passivo fiscal de CSLL Lei nº 12.973/2014	10.5	(4.269)	(3.535)	(16.075)

DEMONSTRATIVO DE TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	NOTA	Período de três meses findo em 31 de março de		Período de doze meses findo
		2026	2025	em 31 de dezembro de 2025
Constituição do ativo de CSLL sobre movimentação temporária		-	(22.256)	(19.110)
<b>TOTAL</b>		<b>(4.269)</b>	<b>(25.791)</b>	<b>(35.185)</b>

#### 10.4.1. Tributos correntes

A despesa de CSLL corrente é apurada à alíquota de 9%, aplicada sobre o lucro contábil ajustado, em conformidade com a legislação tributária vigente e os normativos em vigor até a data de encerramento do exercício.

Considerando a base negativa apurada no primeiro trimestre de 2026, não houve geração de despesa corrente de CSLL no período.

#### 10.4.2. Tributos diferidos

A Empresa, amparada pela imunidade tributária recíproca, reconhece exclusivamente ativos e passivos fiscais diferidos relacionados à CSLL, observada a natureza das transações que lhes deram origem, conforme disposto no CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, aprovado pela Resolução CVM nº 109/2022.

Os tributos diferidos podem impactar o resultado do exercício ou ser registrados diretamente no Patrimônio Líquido, por meio dos Outros Resultados Abrangentes (ORA), a depender da origem da diferença temporária.

O reconhecimento do ativo fiscal diferido de CSLL, decorrente de base negativa e de diferenças temporárias com reflexo no resultado do exercício, exige a utilização de estimativas baseadas no orçamento projetado da Empresa, envolvendo julgamentos quanto à probabilidade de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para sua realização.

No Patrimônio Líquido, a CSLL diferida relacionada ao ORA decorre da aplicação do item 91 do CPC 26 (R1), aprovado pela Resolução CVM nº 106/2022, que permite a apresentação dos componentes dos outros resultados abrangentes já líquidos dos efeitos tributários correspondentes.

##### 10.4.2.1. Estimativa do lucro tributável futuro

Em 2025, a Empresa projetou, para os próximos dez anos, a geração de lucro tributável futuro no montante aproximado de R\$ 1.710.985, conforme previsto no Plano de Reestruturação dos Correios 2025–2027.

O referido Plano tem como objetivo a recuperação da liquidez, o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e a melhoria sustentável do desempenho operacional da Empresa. As ações estruturantes nele previstas fundamentam a projeção de resultados para o período de 2026 a 2035, utilizada para fins de avaliação da capacidade de realização dos ativos fiscais diferidos.

ANO	RESULTADO FISCAL A VALOR PRESENTE	REALIZAÇÃO DA CSLL (9% DO LUCRO FISCAL)
2026	(7.920.932)	(712.884)
2027	1.617.111	145.540
2028	4.917.612	442.585
2029	4.568.137	411.132
2030	3.762.967	338.667
2031	3.081.479	277.333
2032	2.732.208	245.899
2033	2.445.589	220.103
2034	2.189.657	197.069
2035	1.950.450	175.541
<b>TOTAL</b>	<b>19.344.278</b>	<b>1.740.985</b>

Embora os cenários projetados apontem para a geração de lucros tributáveis nos exercícios futuros, a Administração entende que o processo de implementação e consolidação das iniciativas previstas no Plano de Reestruturação requer acompanhamento contínuo de modo a permitir o adequado amadurecimento das premissas utilizadas e a efetiva confirmação dos resultados projetados.

Nesse contexto, a Empresa optou por não refletir integralmente, nas demonstrações financeiras do período, os efeitos potenciais dessas projeções, deixando de constituir ativo fiscal diferido sobre parte das diferenças temporárias e das bases

negativas de CSLL. Assim, foi mantido apenas o montante já reconhecido até 30 de setembro de 2025, no valor de R\$ 861.979, conforme nota 10.5 Ativos e Passivos Fiscais Diferidos.

Dessa forma, o valor de R\$ 1.223.680 corresponde à parcela de ativos fiscais diferidos não constituídos, a qual permanece divulgada em nota explicativa e está sujeita à revisão anual, conforme a evolução e consolidação dos resultados decorrentes do Plano.

ATIVO FISCAL DIFERIDOS NÃO CONSTITUÍDOS	BASE DE CÁLCULO	Ativo Fiscal Diferido (AFD)
Sobre Mov. Temporária - DRE	2.429.925	218.692
Sobre Base Negativa CSLL- DRE 2024	700.307	63.028
Sobre Base Negativa CSLL- DRE 2025	8.320.378	748.834
Sobre Base Negativa CSLL- DRE 2026	2.145.839	193.126
<b>TOTAL AFD NÃO CONSTITUÍDO</b>	<b>13.596.449</b>	<b>1.223.680</b>

Essa decisão decorre de julgamento prospectivo da Administração quanto à recuperabilidade dos créditos tributários com base nas evidências disponíveis, situação que não implica qualquer reapresentação das demonstrações financeiras. Trata-se de decisão de limitação no reconhecimento de valores adicionais no período corrente, podendo ser revista futuramente à medida que as iniciativas do Plano se consolidem e os resultados projetados venham a se materializar.

Assim, à medida que os lucros projetados se confirmem, o valor do ativo fiscal diferido será revisado no sentido de constituir as parcelas pertinentes à respectiva realização de lucros tributáveis futuros.

## 10.5. Ativos e Passivos Fiscais Diferidos

Em 31 de março de 2026, o saldo total de ativo fiscal diferido corresponde a R\$ 1.555.543, sendo R\$ 861.979 registrados no resultado do exercício e R\$ 693.564 relacionados aos Outros Resultados Abrangentes.

O passivo fiscal diferido totaliza R\$ 490.590, sendo sua parcela mais relevante decorrente dos tributos diferidos sobre o custo atribuído dos imóveis, no montante de R\$ 341.011, cuja liquidação depende da realização dos respectivos ativos, por meio de venda, depreciação ou baixa. Integra ainda esse grupo o valor de R\$ 99.685, referente a tributos diferidos constituídos sobre as diferenças entre as despesas de depreciação fiscal e societária.

TRIBUTOS DIFERIDOS	31/03/2026		31/12/2025	
	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO
Sobre Mov. Temporária - DRE	450.909	-	450.909	-
Sobre Base Negativa CSLL- DRE	411.070	-	411.070	-
Ajuste Depreciação Fiscal x Societária -DRE	-	99.685	-	95.416
<b>A – Tributos diferidos - DRE</b>	<b>861.979</b>	<b>99.685</b>	<b>861.979</b>	<b>95.416</b>
Sobre Outros Resultados Abrangentes - ORA	693.361	-	719.605	-
Sobre Apuração do Resultado do Exercício - ARE	203	-	203	-
Sobre Custo Atribuído - AAP/PL	-	341.011	-	339.898
Sobre Valor Justo dos Investimento- VJORA-PL	-	49.894	-	45.389
<b>B – Tributos diferidos - PL</b>	<b>693.564</b>	<b>390.905</b>	<b>719.808</b>	<b>385.287</b>
<b>TOTAL ( A ) + ( B )</b>	<b>1.555.543</b>	<b>490.590</b>	<b>1.581.787</b>	<b>480.703</b>

O quadro a seguir tem por objetivo apresentar a movimentação dos tributos diferidos em 2026. Nele, observa-se a reversão de R\$ 26.244 referente à benefício pós emprego reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes. No passivo fiscal diferido foram reconhecidos o valor de R\$ 4.269 relativo às diferenças entre as despesas de depreciação societária e fiscal, e R\$ 4.504 referente a ganhos em propriedades para investimento e mais R\$ 1.114 sobre custo atribuído.

TRIBUTOS DIFERIDOS	31/03/2026		31/12/2025	
	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO
<b>Saldo inicial</b>	<b>1.581.787</b>	<b>480.703</b>	<b>1.614.163</b>	<b>466.424</b>
<b>A – Tributos diferidos - DRE</b>	-	<b>4.269</b>	<b>(19.110)</b>	<b>16.075</b>
Diferença Depreciação Societária x Fiscal	-	4.269	-	16.075
Provisões e PECLD	-	-	(19.110)	-
Bases negativas de CSLL	-	-	-	-
<b>B - Outros Resultados Abrangentes - ORA</b>	<b>(26.244)</b>	<b>4.504</b>	<b>(13.266)</b>	<b>(50)</b>
Benefício pós-emprego	(26.244)	-	(13.266)	-
Valor justo - aplicações VJORA	-	-	-	(1)

TRIBUTOS DIFERIDOS	31/03/2026		31/12/2025	
	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO
Ganho – propriedade para investimento	-	4.504	-	(49)
<b>C – Ajuste de Avaliação Patrimonial - AAP</b>	-	<b>1.114</b>	-	<b>(1.746)</b>
Custo atribuído	-	1.114	-	(1.746)
<b>TOTAL</b>	<b>1.555.543</b>	<b>490.590</b>	<b>1.581.787</b>	<b>480.703</b>

## 10.6. Impostos e contribuições sociais a pagar

Correspondem às obrigações relativas às retenções tributárias efetuadas na fonte sobre os rendimentos de empregados e de terceiros, das contribuições sociais (PIS e COFINS) incidentes sobre o faturamento, bem como a outras obrigações tributárias.

As variações de PIS e COFINS decorrem da gestão dos pagamentos ao longo do período, considerando a programação financeira da Empresa, bem como da dinâmica de apuração e compensação de créditos tributários.

Em janeiro de 2026, parte dos saldos de PIS e COFINS foi objeto de parcelamento junto à Receita Federal do Brasil, conforme nota 10.7. A Administração entende que tal medida contribui para o adequado gerenciamento das obrigações tributárias e da posição financeira da Empresa.

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	31/03/2026	31/12/2025
Retenções na fonte – Lei nº 9.430/96	55.186	67.877
COFINS	36.919	519.743
Salários e Consignações	49.160	103.950
ICMS	41.259	90.861
PIS	7.999	105.968
Demais impostos Retidos	15.148	21.805
<b>TOTAL</b>	<b>205.671</b>	<b>910.204</b>

## 10.7. Impostos e encargos patronais – parcelamento

Em janeiro de 2026 a empresa aderiu ao parcelamento simplificado de tributos federais junto à Receita Federal do Brasil, envolvendo: PIS/COFINS sobre faturamento, encargos patronais de contribuições previdenciárias sobre a folha de pagamento e salário educação, abrangendo débitos referentes às competências de dezembro de 2024 a dezembro de 2025.

Esses débitos foram consolidados e parcelados em 60 parcelas mensais, com início de pagamento em 20 de janeiro de 2026. A Administração entende que essa medida contribui para o adequado gerenciamento das obrigações tributárias e para o equilíbrio da posição financeira da Companhia, diluindo o desembolso ao longo do tempo e reduzindo a pressão de curto prazo sobre o caixa.

IMPOSTOS E ENCARGOS PATRONAIS - PARCELAMENTO	31/03/2026	31/12/2025
<b>Circulante</b>	<b>538.070</b>	-
PIS/COFINS/INSS/SALÁRIO EDUCAÇÃO	587.965	-
(-) Juros a Transcorrer	(49.896)	-
<b>Não circulante</b>	<b>1.821.159</b>	-
PIS/COFINS/INSS/SALÁRIO EDUCAÇÃO	2.776.047	-
(-) Juros a Transcorrer	(954.888)	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.359.229</b>	-

No primeiro trimestre de 2026, essa adesão ao parcelamento resultou na reclassificação de parte dos saldos anteriormente registrados em "INSS – empregador", "salário educação" (nota 9.3.2), "PIS" e "COFINS" (nota 10.6) ocasionando aumento do passivo não circulante.

## 11. PROCESSOS JUDICIAIS

As provisões são reconhecidas quando é provável que benefícios econômicos futuros sejam desembolsados para liquidação de uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, cujo valor pode ser estimado com confiabilidade.

## 11.1. Provisões para contingências

Os Correios estão envolvidos, no curso normal de suas operações, em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal para os quais são constituídas provisões para todas as ações classificadas com risco de perda provável, em valores considerados pela Assessoria Jurídica e pela Administração como sendo suficientes para cobrir desembolsos futuros estimados.

Os processos judiciais são classificados, em linhas gerais, da seguinte forma:

- trabalhista: processos movidos por empregados dos Correios, terceirizados ou sindicatos, na esfera da Justiça do Trabalho, envolvendo, entre outros temas: responsabilidade subsidiária; planos de cargos, carreiras e salários; pagamento de adicional; horas *in itinere*; diferencial de mercado; anistia; assédio moral e sexual; indenização por danos materiais e/ou morais em decorrência de acidente de trabalho; demissão imotivada; incorporação de função; plano de saúde; plano de demissão incentivada; acordo coletivo; PLR; reintegração; dentre outros.
- cível: processos oriundos de consumidores de serviços dos Correios ou de empresas com as quais os Correios mantêm contratos, normalmente na competência da Justiça Federal, tais como: falha na prestação do serviço postal; despacho postal; concurso público; licitações e/ou contratos administrativos; franqueadas e os contratos de franquia; ação civil pública; ação de cobrança; entre outros.
- fiscal: processos originados dos órgãos do poder executivo (federal, municipal ou estadual), relativos a impostos, taxas ou contribuições, incluindo: execuções fiscais; embargos à execução fiscal, etc.

Em 31/03/2026 essas provisões para contingências, por natureza, apresentam a seguinte composição:

PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	31/03/2026	31/12/2025
Trabalhista	3.947.159	2.963.909
Fiscal	251.207	214.942
Cível	460.995	423.633
<b>TOTAL</b>	<b>4.659.361</b>	<b>3.602.484</b>

O aumento de R\$ 1.056.876 em comparação a dezembro/2025 deve-se a reavaliação dos processos judiciais decorrente da evolução de seus andamentos e da atualização dos entendimentos jurisprudenciais, bem como de ajustes na classificação dos riscos e da atualização das estimativas de desembolsos futuros. Esses fatores influenciam o valor provisionado e a composição das contingências por natureza e nível risco dos processos.

MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	Período de três meses findo em 31 de março de		Período de doze meses findo em 31 de dezembro de
	2026	2025	2025
Saldo inicial do período	3.602.484	3.453.678	3.453.678
Reversão/Conversão de RPV e Precatórios <sup>1</sup>	(275.886)	(324.799)	(1.039.054)
Adição	1.602.568	110.326	1.084.173
Atualização	(269.805)	(10.553)	103.687
<b>Saldo final do período</b>	<b>4.659.361</b>	<b>3.228.652</b>	<b>3.602.484</b>

<sup>1</sup> Refere-se à reversão e à alteração do valor inicial de provisão de algumas causas a critério do Departamento Jurídico.

A variação apresentada justifica-se pela adequação do risco processual de naturezas cíveis, fiscais e trabalhistas, decorrente do processo de revisão das estimativas e riscos pela Assessoria Jurídica, bem como das atualizações em razão do andamento processual, retratando a real situação do processo na esfera judicial.

Eventuais impactos decorrentes dessa revisão poderão ser refletidos nas próximas Demonstrações Contábeis, de acordo com o avanço das análises técnicas em curso.

Os principais processos em que a Empresa está envolvida estão apresentados a seguir:

AUTOR	NATUREZA	DETALHAMENTO DO OBJETO	FASE ATUAL	VALOR ATUALIZADO
SECRETARIA ESTADUAL DE MG	Fiscal	ICMS - Obrigações acessórias - multa	Em execução	138.689
SINTECT/GO	Trabalhista	PCCS/95 (ação coletiva)	Em execução	41.292
SINTECT/RS	Cível	Reintegração (ação Coletiva)	Em execução	43.537
TELLUS RIO BRAVO RENDA LOGÍSTICA	Cível	Execução Título Extrajudicial	Aguardando sentença	19.263
FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL/SP	Fiscal	ICMS - Obrigações acessórias	Em execução	41.330

AUTOR	NATUREZA	DETALHAMENTO DO OBJETO	FASE ATUAL	VALOR ATUALIZADO
SINTECT/CE	Trabalhista	URP de fevereiro/89 (Plano Verão)	Em execução	25.090
TICKET COM. SERVIÇO e ADM.	Cível	Correção Monetária	Concluído para Decisão	18.969
SECRETARIA ESTADUAL/BA	Fiscal	ICMS - Obrigações acessórias	Em execução	22.056
POSITIVO INFORMÁTICA S/A	Cível	Multa Contratual	Recurso STJ	23.230
BLUE CARDS REFEIÇÕES	Cível	Alteração Contratual	Em execução	18.045

## 11.2. Depósitos judiciais

DEPÓSITOS JUDICIAIS, RECURSAIS E ADMINISTRATIVOS	31/03/2026	31/12/2025
Depósitos recursais administrativos	87.532	86.455
Depósitos recursais	2.164	2.028
Penhora de numerários	44.688	33.339
Depósitos judiciais	101	4.674
<b>TOTAL</b>	<b>134.485</b>	<b>126.496</b>

O valor de R\$ 87.532 representa o total dos depósitos efetuados para interposição de recursos na esfera administrativa junto ao INSS, referentes às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito (NFLD).

Os valores de R\$ 2.164 e R\$ 101 referem-se aos depósitos realizados em função das demandas judiciais, em que os Correios figuram como réu e o montante de R\$ 44.688 estão relacionados às penhoras de numerário realizadas pela Justiça, por meio de bloqueios judiciais via BACENJUD.

## 11.3. Passivos contingentes

A Empresa possui ações de naturezas trabalhista, cível, fiscal e criminal que não estão provisionadas, por apresentarem risco de perda classificado pela Administração e pela Assessoria Jurídica como possível. Até 31/03/2026, o passivo contingente com essa classificação abrange um total de 22.938 processos, conforme demonstrado na tabela a seguir:

PERDA POSSÍVEL	31/03/2026		31/12/2025	
	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
Trabalhista	16.659	1.419.931	21.369	1.745.089
Cível	5.628	1.818.475	7.985	2.034.533
Fiscal	650	191.538	772	223.027
Criminal	1	1.236	3	1.214
<b>TOTAL</b>	<b>22.938</b>	<b>3.431.180</b>	<b>30.129</b>	<b>4.003.863</b>

A variação apurada no período, refere-se a reclassificação de risco de alguns processos de possível para provável e atualizações de valores de ações ainda em curso.

## 11.4. Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPVs)

A Empresa reconhece suas obrigações financeiras decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado por meio de precatórios e RPVs. Esses valores são atualizados mensalmente de acordo com os índices de correção monetária. As variações observadas decorrem da emissão de novas ordens de pagamento, atualização do valor e pagamentos de valores devidos.

MOVIMENTAÇÃO PRECATÓRIOS e RPVs	Período de três meses findo em 31 de março de		Período de doze meses findo em 31 de dezembro de
	2026	2025	2025
Saldo Inicial do período	2.756.579	645.847	645.847
Adição	308.655	385.798	2.393.491
Atualização	25.017	3.940	86.310
Pagamento	(305.506)	(95.005)	(369.069)
<b>SALDO FINAL</b>	<b>2.784.745</b>	<b>940.580</b>	<b>2.756.579</b>
Circulante	2.034.117	740.133	2.248.696
Não circulante	750.628	200.447	507.883

Estima-se a quitação dessas obrigações, conforme a ordem cronológica das decisões judiciais e os recursos financeiros disponíveis, conforme estabelece art. 100 da Constituição Federal de 1988, demonstrado a seguir:

PRECATÓRIOS e RPVs a	2026		2027		2028		TOTAL	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Precatórios	5.084	1.986.343	1.920	724.317	67	22.998	7.071	2.733.658
RPVs	2.483	47.774	3	967	11	2.346	2.497	51.087
<b>SALDO FINAL</b>	<b>7.567</b>	<b>2.034.117</b>	<b>1.923</b>	<b>725.284</b>	<b>78</b>	<b>25.344</b>	<b>9.568</b>	<b>2.784.745</b>

## 12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em janeiro de 2026, a Empresa realizou a quitação antecipada da operação de crédito contratada em maio de 2025 junto aos Sindicatos dos Bancos, no valor total de R\$ 1.800.000.

O contrato previa um período de carência de 12 meses para o início da amortização principal; assim, entre junho e dezembro de 2025, foram pagos apenas os encargos financeiros, sem amortização do saldo devedor. A liquidação antecipada em janeiro de 2026 implicou no pagamento do saldo devedor, dos encargos financeiros contratados e do custo adicional pela liquidação antecipada, conforme demonstrado na tabela de movimentação do empréstimo.

Em dezembro de 2025, foi contratada nova operação de crédito com garantia da União, no valor de R\$ 12.000.000, com as seguintes condições: prazo total de 15 anos para quitação; carência de 3 anos para o principal e os juros; amortização em 144 prestações mensais (12 anos), pelo Sistema de Amortização Constante – SAC, contadas a partir do término do período de carência do principal.

Essa nova operação tem papel central no financiamento do plano de reestruturação da Empresa.

### 12.1. Características das operações de crédito

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	BANCO ABC		BANCO DAYCOVAL		SINDICATO DE CREDORES		SINDICATO DE CREDORES (GARANTIA DA UNIÃO)		TOTAL	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
<b>Circulante</b>	-	-	-	-	-	1.800.000	-	240.000	-	2.040.000
Principal	-	250.000	-	300.000	1.800.000	1.800.000	-	-	1.800.000	2.350.000
Taxa de Estruturação *	-	-	-	-	125.261	125.261	-	240.000	125.261	365.261
Encargos financeiros	-	25.829	-	26.165	339.642	190.965	-	-	339.642	242.959
Custo pela liquidação antecipada do empréstimo	-	-	-	-	141.892	-	-	-	141.892	-
Encargos financeiros	-	25.829	-	26.165	197.750	190.965	-	-	197.750	242.959
Pagamentos	-	(275.829)	-	(326.165)	(2.264.903)	(316.226)	-	-	(2.264.903)	(918.220)
<b>Não Circulante</b>	-	-	-	-	-	-	12.437.562	12.000.000	12.437.562	12.000.000
Principal	-	-	-	-	-	-	12.000.000	12.000.000	12.000.000	12.000.000
Encargos Financeiros	-	-	-	-	-	-	437.562	-	437.562	-
<b>TOTAL</b>	-	-	-	-	-	1.800.000	12.437.562	12.240.000	12.437.562	14.040.000
Encargos financeiros a transcorrer	-	-	-	-	-	-	22.650.571	22.395.757	22.650.571	22.395.757

\* A Taxa de Estruturação, correspondente a 2% do crédito contratado, será reconhecida ao longo dos 15 anos de vigência do Instrumento Contratual, conforme descrito nota 12.

Esse movimento reduziu o total de empréstimos e financiamentos de R\$ 14.040.000 em 31/12/2025 para 12.437.562 em 31/03/2026, com alongamento do prazo médio da dívida e substituição de uma operação de custo mais elevado e prazo mais curto (Sindicatos dos Bancos, sem garantia da União) por uma operação de longo prazo e custo efetivo menor com garantia da União.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CARACTERÍSTICAS	BANCO ABC	BANCO DAYCOVAL	SINDICATO DE CREDORES	SINDICATO DE CREDORES (GARANTIA DA UNIÃO)
Valor da operação	R\$ 250.000	R\$ 300.000	R\$ 1.800.000	R\$ 12.000.000
Data da emissão	18/12/2024	06/12/2024	04/06/2025	27/12/2025
Vencimento final	18/12/2025	28/11/2025	28/11/2026	26/12/2040
Remuneração	CDI + 1,80% a.a.	CDI + 3,296% a.a.	CDI + 3% a.a. <sup>2</sup> CDI + 4% a.a. <sup>2</sup> CDI + 5% a.a. <sup>2</sup>	CDI + 1,62 a.a. <sup>3</sup>

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CARACTERÍSTICAS	BANCO ABC	BANCO DAYCOVAL	SINDICATO DE CREDORES	SINDICATO DE CREDORES (GARANTIA DA UNIÃO)
Exigibilidade de juros	Mensal a partir de janeiro de 2025	Mensal a partir de julho de 2025	Mensal a partir de junho de 2025	Mensal a partir de janeiro de 2029
Encargos financeiros totais <sup>1</sup>	R\$ 25.829	R\$ 26.165	R\$ 339.642	R\$ 23.088.133
Taxa de Contratação total (Fee)	R\$ 7.665	R\$ 1.355	R\$ 83.674	R\$ 240.000
Taxa de Renegociação (WaiverFee)	-	-	R\$ 41.587	-
Amortizações	Primeira parcela paga em junho/2025 e quitação prevista para o segundo semestre/2025	Quitação em junho e julho/2025	11 parcelas mensais a partir de janeiro/2026	144 parcelas mensais a partir de janeiro/2029
Garantia	Direitos creditórios de Empresas indicadas pelos Correios	Direitos creditórios de Empresas indicadas pelos Correios	Direitos creditórios de Empresas indicadas pelos Correios	União

<sup>1</sup> Refere-se ao juro incorrido na contratação do empréstimo

<sup>2</sup> Considerando o CDI de 14,9% ao ano, acrescido de 3,0% ao ano no período de 23/05/2025 a 28/09/2025 (inclusive), 4% a.a. no período de 28/09/2025 (exclusive) a 28/11/2025 (inclusive) e 5% a.a. a partir de 28/11/2025 (exclusive), além da comissão de estruturação equivalente a 4,7% ao ano, estima-se que a taxa efetiva da operação atinja 25,67% ao ano.

<sup>3</sup> O Custo Efetivo Total (CET) da operação de crédito com garantia da União corresponde à taxa DI acrescida de taxa fixa de 1,8904% a.a. (base de 252 dias úteis), abrangendo todos os custos da operação, sendo equivalente a 114,9704% da taxa DI.

Essa comparação de condições reforça a racionalidade econômica da liquidação antecipada da operação anterior e da priorização da nova dívida com garantia da União, de prazo muito mais longo e custo efetivo inferior.

## 12.2. Operações de crédito em negociação

Permanecem em andamento as tratativas para contratação de operação de crédito externo junto ao *New Development Bank* (NDB), no montante equivalente a R\$ 4,2 bilhões, destinada ao Programa de Modernização e Transformação Ecológica da Empresa, com condições financeiras mais vantajosas e alinhadas à agenda de sustentabilidade (ASG).

## 12.3. Obrigações assumidas – Covenants

No que se refere ao empréstimo de R\$ 12.000.000, com garantia da União, destacam-se como mais sensíveis as cláusulas contratuais (*covenants*) relacionadas a: cumprimento da legislação socioambiental; prevenção à lavagem de dinheiro; à eventuais processos de desestatização dos Correios; esforços para obtenção de aporte por parte da União; e ao cumprimento de metas e indicadores previstos no Plano de Reequilíbrio da Empresa.

Essas obrigações serão monitoradas ao longo de toda a vigência contratual. O descumprimento de determinados *covenants* pode implicar: vencimento antecipado da dívida; aplicação de encargos e penalidades contratuais; ou imposições de outras medidas contratuais, razão pela qual a Administração acompanha de forma contínua os indicadores e compromissos associados a essa operação.

## 13. ADIANTAMENTOS E RECEITAS A APROPRIAR

Corresponde aos valores recebidos antecipadamente pela prestação de serviços e faturamento por estimativa que se converterão em receitas no futuro.

ADIANTAMENTOS E RECEITAS A APROPRIAR	NOTA	31/03/2026	31/12/2025
<b>Passivo circulante</b>		<b>91.664</b>	<b>202.006</b>
Adiantamento de clientes	13.1	41.395	102.585
Aluguel de caixas postais		15.299	14.554
Faturamento por estimativa	13.2	1.089	51.013
Receitas a apropriar	13.3	33.792	33.792
Demais adiantamentos		89	62
<b>Passivo não circulante</b>		<b>45.056</b>	<b>53.504</b>
Receitas a apropriar	13.3	45.056	53.504
<b>TOTAL</b>		<b>136.720</b>	<b>255.510</b>

### 13.1. Adiantamento de clientes

Corresponde, principalmente, a valores recebidos antecipadamente de clientes, que serão faturados e reconhecidos como receita de acordo com o ciclo dos contratos e nos faturamentos realizados. A variação do período decorre, sobretudo, de um menor volume de receitas de serviços internacionais no período e no consumo/apropriação de valores antecipados em exercícios anteriores, à medida que as obrigações de desempenho foram satisfeitas

### 13.2. Faturamento por Estimativa

Refere-se a valores registrados com base em estimativas de faturamento quando, pela natureza dos serviços e da forma de apuração, o faturamento definitivo é realizado em momento posterior.

A variação decorre em grande parte da apropriação e utilização, ao longo do primeiro trimestre de 2026, dos créditos gerados em períodos anteriores, especialmente aqueles originados no último trimestre de 2025, quando houve maior concentração de estimativa de recebimento antecipado, o que não ocorreu no primeiro trimestre de 2026.

### 13.3. Receita a apropriar

Refere-se, majoritariamente, aos valores recebidos antecipadamente a título de Valor de Acesso ao Negócio (VAN), conforme previsto em contrato de representação para a venda de produtos de seguros, no qual os Correios atuam como contratada e representante da contratante.

O reconhecimento dessa receita de forma diferida está em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, aprovado pela Resolução CVM nº 116/2022, e será realizado à medida que as obrigações de desempenho são satisfeitas, de forma a refletir a transparência de serviços à contratante de acordo com as cláusulas contratuais.

## 14. ARRECADAÇÕES E RECEBIMENTOS

Referem-se a valores recebidos pelos Correios em nome de terceiros, com liquidação mensal conforme as condições estabelecidas nos respectivos contratos. As obrigações que compõem esse grupo estão detalhadas no quadro a seguir:

ARRECADAÇÕES E RECEBIMENTOS	31/03/2026	31/12/2025
Recebimento de imposto de importação	37.227	188.200
Recebimento para o Postalis	31.505	30.508
Emissão de vale postal nacional	1.617	1.740
Outros recebimentos/arrecadações	246	269
<b>TOTAL</b>	<b>70.595</b>	<b>220.717</b>

A redução de R\$ 150.122 em relação a dezembro de 2025 decorre, principalmente, do repasse do imposto de importação aos órgãos competentes, reduzindo o valor em aberto dessa rubrica. As demais linhas mantiveram comportamento estável, em linha com a operação corrente.

## 15. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

Representam as demais rubricas não especificadas no Balanço Patrimonial.

### 15.1. Ativo circulante e não circulante

ATIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE - OUTROS	NOTA	31/03/2026	31/12/2025
<b>Ativo Circulante - Outros valores e bens</b>		<b>473.509</b>	<b>300.526</b>
Convênio Postal Saúde	9.2	184	98
Adiantamento de pessoal	9.1	184.755	77.461
Impostos e encargos sociais a compensar	10.2	153.268	16.997
Float bancário – faturamento	15.1.1	23.882	43.980
Bens sucateados		2.218	1.631
Cobrança Jurídica		3.705	5.068
Despesa Antecipada Taxa Estruturação Empréstimo	15.1.2	16.000	81.037
Demais créditos		89.497	74.254
<b>Ativo não circulante - Outros</b>		<b>290.462</b>	<b>287.550</b>
Débitos de ex-empregados		270	242
Acordos jurídicos e parcelamentos		10.069	10.061

ATIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE - OUTROS	NOTA	31/03/2026	31/12/2025
Faturas em processo de apuração		9.260	6.092
Cobrança Jurídica		50.863	47.155
Despesa Antecipada Taxa Estruturação Empréstimo	15.1.2	220.000	224.000

### 15.1.1. Float Bancário – Faturamento

A redução dessa rubrica decorreu, principalmente, da diminuição do saldo de R\$ 20.098, refletindo alteração na dinâmica operacional de processamento e compensação financeira dos recebimentos quando comparado ao encerramento de dezembro de 2025, reduzindo o volume de valores registrados em trânsito entre o reconhecimento contábil e a efetiva liquidação financeira.

### 15.1.2. Despesa Antecipada Taxa Estruturação Empréstimo

Correspondente à comissão de estruturação da operação de crédito, com garantia da União, no valor total de R\$ 240.000, a ser apropriado mensalmente ao longo do prazo contratual, de acordo com o regime de competência, conforme nota 12. Em 31/03/2026, R\$ 4.000 já haviam sido reconhecidos como despesa, enquanto R\$ 236.000 estavam apropriados como despesa antecipada.

No curto prazo, a variação decorre da reclassificação, do longo para o curto prazo, do montante de R\$ 16.000, referente à nova operação de crédito com garantia da União, bem como da redução de R\$ 81.037, resultante da reclassificação para despesa financeira, em função da quitação antecipada, em janeiro de 2026, do empréstimo contratado junto ao sindicato de credores, conforme descrito na nota 12.

## 15.2. Passivo circulante e não circulante

PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE - OUTROS	31/03/2026	31/12/2025
<b>Passivo circulante - Outros créditos</b>	<b>86.836</b>	<b>74.652</b>
Apuração da venda de ativo fixo	56.727	16.328
Caução de fornecedores	16.902	16.381
Convênio SESI/SENAI	5.751	6.475
Honorários de sucumbência e demais credores	5.438	9.961
Prestação de contas AGF/ACF	2.018	25.507
<b>Passivo não circulante - Outros créditos</b>	<b>3.854</b>	<b>3.845</b>
Honorários de sucumbência	3.854	3.845

### 15.2.1. Apuração de venda de ativo fixo

O aumento do saldo dessa rubrica decorre, principalmente, da venda de bens imóveis e veículos por meio de leilões e licitações, cujos recursos foram recebidos e registrados no passivo, porém ainda aguardam a conclusão dos procedimentos de baixa patrimonial dos respectivos ativos no imobilizado. Após a baixa contábil dos bens, a diferença entre o valor contábil e o valor de venda será reconhecida como resultado de alienação de ativos.

### 15.2.2. Prestação de contas AGF/ACF

Representa valores a repassar ou ajustar com a rede terceirizada (Agências de Franquia e Agências da Comunidade).

A redução de R\$ 23.489 deve-se a regularização do pagamento da remuneração devida a essa rede, com liquidação de pendências acumuladas e alinhamento ao fluxo normal de repasses.

## 16. INVESTIMENTOS

Representados por propriedades para investimento, mantidas para obtenção de renda ou para valorização de capital, pelo investimento na plataforma Mais Correios, relativo ao e-commerce/marketplace, e pelo museu dos Correios, conforme demonstrado a seguir:

INVESTIMENTOS	NOTA	31/03/2026	31/12/2025
Propriedades para Investimento	16.1	1.570.641	1.455.436
Mais Correios	16.2	14.500	12.000

INVESTIMENTOS	NOTA	31/03/2026	31/12/2025
Museu		993	993
<b>Total</b>		<b>1.586.134</b>	<b>1.468.429</b>

## 16.1. Propriedades para Investimento

Trata-se de imóveis cedidos ou desocupados, que não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços ou em finalidades administrativas, mantidos para obtenção de renda ou valorização de capital.

PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO	NOTA	IMÓVEIS		
		Período de três meses findo em 31 de março de		Período de doze meses findo em 31 de dezembro de
		2026	2025	2025
Saldo inicial do exercício		1.455.436	1.438.972	1.438.972
Adição (Dação em pagamento) *		-	9	9
Variação a valor justo - resultado	16.1.1	(296)	(2.302)	16.598
Ganho		-	981	50.709
Perda		(296)	(3.283)	(34.111)
Baixas por venda		-	(142)	(3.083)
Transferências	16.1.2	65.503	2.225	3.478
Adoção inicial - ORA		49.998	40	(538)
Ganho		49.998	101	3.898
Realização		-	(61)	(4.436)
<b>Saldo final</b>		<b>1.570.641</b>	<b>1.438.802</b>	<b>1.455.436</b>
Total bruto		1.594.078	1.456.333	1.472.723
Depreciação acumulada		(23.437)	(17.531)	(17.287)

\* Terreno recebido em pagamento, relativo a multa de fornecedor por não prestação de serviços.

### 16.1.1. Variação a Valor Justo – Resultado

O valor de R\$ 296 reconhecido como perdas a valor justo no trimestre decorre da avaliação de sete imóveis. Desse total, dois imóveis já classificados como propriedade para investimento, os novos laudos indicaram redução de valor justo, resultando em perdas de R\$ 843, reconhecidas diretamente no resultado do exercício.

Nos cinco imóveis remanescentes, houveram reversões de perdas anteriormente reconhecidas por ocasião da adoção inicial como propriedade para investimento, uma vez que os laudos emitidos no período apontaram valores justos superiores aos valores previamente registrados. Essas reversões totalizaram R\$ 547 e foram reconhecidas no resultado com reflexos também no patrimônio líquido (ajustando saldos anteriores vinculados à adoção inicial).

O efeito líquido no resultado do período foi, portanto, uma perda de R\$ 296.

### 16.1.2. Transferências

Em consonância com o Plano de Reestruturação implementado em 2025, as áreas gestoras patrimoniais vêm revisando a ocupação dos imóveis com foco em: otimização de uso de espaços; identificação de imóveis ociosos ou subutilizados; estruturação de processos para alienação de ativos não estratégicos.

Nos estudos concluídos até o encerramento do primeiro trimestre de 2026, dez imóveis anteriormente classificados no grupo do imobilizado, foram disponibilizados para alienação e reclassificados como propriedade para investimento. Essas transferências resultaram em um acréscimo de R\$ 65.503 no grupo de propriedade para investimento, com correspondente redução no saldo do imobilizado, sem efeito imediato no resultado.

### 16.1.3. Adoção inicial – ORA

A transferência dos dez imóveis supracitados para a categoria de propriedades para investimento implicou sua adoção inicial nessa classificação, com mensuração pelo valor justo na data da reclassificação. Em decorrência desse procedimento, a diferença positiva apurada entre o valor justo e o valor contábil anteriormente registrado não transitou pelo resultado do exercício, sendo reconhecida diretamente no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes.

Como o valor justo apurado excedeu o valor contábil anteriormente registrado no imobilizado, a diferença positiva de R\$ 49.998 não transitou pelo resultado do exercício, sendo reconhecida diretamente no patrimônio líquido, em Outros Resultados Abrangentes (ORA), em conformidade com os critérios aplicáveis à adoção inicial de propriedades para o investimento.

## 16.2. Mais Correios

O investimento refere-se ao projeto de *Marketplace*, operado em parceria com a *Infracommerce* Intermediações de Negócios na Internet S.A.

No primeiro trimestre de 2026, a Empresa realizou novo aporte de R\$ 2.500 à operadora elevando o saldo do investimento de R\$ 12.000 para R\$ 14.500.

Os recursos aportados tiveram por finalidade viabilizar a operacionalização do projeto de *marketplace*, contemplando: a estruturação da operadora, o desenvolvimento e a customização da plataforma digital, bem como a integração de sistemas e adaptação à realidade operacional dos Correios.

Os valores compõem o montante a ser investido pelos Correios conforme contrato de parceria, garantindo o direito de conversão desses aportes em participação acionária quando da constituição de Joint Venture societária, observadas as regras pactuadas com a empresa parceira.

## 17. IMOBILIZADO

Classificam-se no ativo imobilizado os bens tangíveis destinados à manutenção das atividades da Empresa, incluindo imóveis próprios, bens móveis e direitos de uso de ativos arrendados.

IMOBILIZADO	NOTA	31/03/2026	31/12/2025
Imóveis	17.1	4.050.307	4.101.938
Móveis	17.1	2.404.357	2.476.859
Arrendamento	17.2	1.702.806	1.789.560
<b>TOTAL</b>		<b>8.157.470</b>	<b>8.368.357</b>

### 17.1. Movimentação – Imobilizado

O quadro a seguir evidencia as movimentações ocorridas no ativo imobilizado no terceiro trimestre de 2025 e 2026:

IMOBILIZADO	IMÓVEIS	OUTROS - IMÓVEIS	MÁQ. E EQUIP.	VEÍCULOS	OUTROS - MÓVEIS	TOTAL
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>3.904.693</b>	<b>173.196</b>	<b>722.784</b>	<b>1.381.852</b>	<b>546.868</b>	<b>6.729.393</b>
Adições	190	18.249	12.490	6.103	26.939	63.971
Baixas	-	(66)	(743)	(7.320)	(437)	(8.566)
<i>Impairment</i>	-	-	-	-	-	-
Transferências	8.677	(12.333)	585	2.795	491	215
Depreciação	(4.147)	(3.655)	(27.414)	(19.577)	(37.002)	(91.795)
<b>Total Líquido em 31/03/2025</b>	<b>3.909.413</b>	<b>175.391</b>	<b>707.702</b>	<b>1.363.853</b>	<b>536.859</b>	<b>6.693.218</b>
Total bruto em 31/03/2025	4.939.930	191.997	1.598.090	1.712.607	1.454.447	9.897.071
(-) Depreciação acumulada em 31/03/2025	(371.914)	(16.606)	(890.388)	(348.754)	(917.588)	(2.545.250)
(-) <i>Impairment</i> em 31/03/2025	(658.603)	-	-	-	-	(658.603)
<b>Saldo em 31/12/2025</b>	<b>3.945.027</b>	<b>156.911</b>	<b>637.989</b>	<b>1.306.664</b>	<b>532.206</b>	<b>6.578.797</b>
Adições	8	7.446	595	-	7.056	15.105
Baixas	-	(1)	-	-	-	(1)
<i>Impairment</i>	15.150	-	-	-	-	15.150
Transferências	(51.474)	(14.672)	334	(520)	217	(66.115)
Depreciação	(4.777)	(3.311)	(26.435)	(17.124)	(36.625)	(88.272)
<b>Total Líquido em 31/03/2026</b>	<b>3.903.934</b>	<b>146.373</b>	<b>612.483</b>	<b>1.289.020</b>	<b>502.854</b>	<b>6.454.664</b>
Total bruto em 31/03/2026	4.938.319	146.373	1.595.494	1.677.142	1.545.115	9.902.443
(-) Depreciação acumulada em 31/03/2026	(383.406)	-	(983.011)	(388.122)	(1.042.261)	(2.796.800)
(-) <i>Impairment</i> em 31/03/2026	(650.979)	-	-	-	-	(650.979)
Administrativo (20%)	780.787	29.275	122.497	257.804	100.571	1.290.934
Operacional (80%)	3.123.147	117.098	489.986	1.031.216	402.283	5.163.730

\* A coluna "Outros Imóveis" é composta pelas contas Benfeitorias em imóveis de terceiros e Obras em andamento

\*\* A coluna "Outros móveis" é composta pelas contas móveis e utensílios, equipamentos de processamento de dados, ferramentas e instrumentos, e aquisição de bens móveis em andamento

A carteira de imóveis próprios da Empresa, classificada no Ativo Imobilizado, é composta por 2.067 unidades. A variação nas adições registradas em "Outros Móveis" decorre, principalmente, do recebimento de equipamentos destinados à mecanização de triagem, adquiridos por meio de contrato internacional. Esses equipamentos ainda estão em fase de recebimento das peças e terão sua instalação e entrada em operação em etapa posterior.

A linha de transferências reflete, em grande medida, a reclassificação de imóveis entre imobilizado e propriedades para investimento (nota 16), e ajustes de classificação entre grupos de bens, em linha com o plano de reestruturação patrimonial e de otimização de ocupação.

### 17.1.1. Classificação por uso – administrativo x operacional

Para fins gerenciais, o imobilizado é segmentado de acordo com sua utilização principal:

IMOBILIZADO	IMÓVEIS	OUTROS - IMÓVEIS	MÁQ. E EQUIP.	VEÍCULOS	OUTROS - MÓVEIS	TOTAL
Administrativo (20%)	780.787	29.275	122.497	257.804	100.571	1.290.934
Operacional (80%)	3.123.147	117.098	489.986	1.031.216	402.283	5.163.730

Essa segmentação evidencia que a maior parte do imobilizado está diretamente vinculada às atividades operacionais (tratamento, transporte, distribuição e atendimento), refletindo a natureza intensiva em ativos físicos da operação postal e logística da Empresa.

### 17.2. Direito de uso – Arrendamentos

Corresponde ao direito de uso de ativos decorrente das operações de arrendamento, reconhecidos no ativo imobilizado pelo valor presente dos pagamentos futuros dos arrendamentos, descontados pela taxa incremental de empréstimo da Empresa em contrapartida ao passivo circulante e não circulante face a obrigação assumida no contrato.

Nos contratos em que a Empresa esteja razoavelmente certa de exercer opções de prorrogação ou de rescisão, esses elementos são incorporados à mensuração do prazo de arrendamento e, conseqüentemente, ao valor do direito de uso e do passivo, conforme norma vigente.

DIREITO DE USO E ARRENDAMENTOS	Período de três meses findo em 31 de março de				Período de doze meses findo em 31 de dezembro de	
	2026		2025		2025	
	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO
Saldo inicial do período	1.789.560	2.014.660	1.791.357	2.016.550	1.791.357	2.016.550
Adições	11.087	11.077	82.473	82.473	537.964	537.966
Exclusões/baixas	(24.249)	(24.249)	(15.483)	(15.483)	(255.853)	(255.853)
Depreciação	(73.592)	-	(76.931)	-	(283.908)	-
Apropriação de juros	-	53.581	-	53.533	-	170.515
Pagamentos	-	(119.979)	-	(121.792)	-	(454.518)
<b>Saldo final do período</b>	<b>1.702.806</b>	<b>1.935.090</b>	<b>1.781.416</b>	<b>2.015.281</b>	<b>1.789.560</b>	<b>2.014.660</b>
Bens imóveis	1.697.050	-	1.772.991	-	1.777.991	-
Bens móveis	5.756	-	8.425	-	11.569	-
Circulante	-	432.580	-	440.320	-	443.562
Não circulante	1.702.806	1.502.510	1.781.416	1.574.961	1.789.560	1.571.098

## 18. INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis são representados por licenças de *softwares* que são capitalizadas com base nos custos incorridos para aquisição, desenvolvimento, customização e implementação à estrutura organizacional até que estejam prontos para serem utilizados.

INTANGÍVEL	Período de três meses findo em 31 de março de 2026	Período de três meses findo em 31 de março de 2025	Período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025
Saldo anterior	29.092	45.699	45.699
Adições	3.342	3.126	12.104
Transferências	24	-	(23)
Amortização	(3.928)	(6.805)	(28.688)
<b>TOTAL</b>	<b>28.530</b>	<b>42.020</b>	<b>29.092</b>
Total bruto	449.970	437.793	402.191
(-) Amortização	(421.440)	(395.773)	(373.099)

## 19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 19.1. Capital social

O capital social dos Correios totaliza o valor de R\$ 3.403.458, integralmente subscrito e integralizado pela União.

### 19.2. Ajuste de avaliação patrimonial - AAP

Representa o custo atribuído dos bens imóveis, provenientes da adoção inicial das normas internacionais de contabilidade. Esse ajuste reflete a diferença entre o valor contábil histórico e o valor atribuído dos imóveis na data de transição, sendo registrado diretamente em patrimônio líquido, sem transitar pelo resultado do exercício.

O saldo do AAP é realizado gradualmente por meio de depreciação adicional dos bens com custo atribuído e/ou baixa/alienação dos imóveis, com reclassificação da parcela correspondente para resultados.

### 19.3. Outros Resultados Abrangentes - ORA

Representam os ganhos e perdas atuariais relativos às mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido projetada, resultantes de ajustes pela experiência e/ou efeitos de novas premissas atuariais, as variações de mercado referentes às participações não relevantes classificadas como valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), bem como pelos ganhos apurados na adoção inicial do método de avaliação a valor justo das propriedades para investimento, todos líquidos dos tributos diferidos.

## 20. RECEITAS E DESPESAS – EXCETO TRIBUTOS

### 20.1. Receita líquida de vendas e serviços

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber dos clientes pela venda de produtos e prestação de serviços no curso normal das operações, sendo reconhecida no resultado quando for provável que benefícios econômicos fluirão para os Correios e o valor da transação puder ser mensurado de forma confiável, em conformidade com o regime de competência e às peculiaridades de cada operação.

RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	Período de três meses findo em 31 de março de	
	2026	2025
Receita bruta de vendas e serviços	4.042.680	4.132.153
(-) Deduções	(184.197)	(182.371)
(-) Impostos	(144.496)	(137.600)
(-) Descontos incondicionais	(742)	(2.601)
(-) Receitas canceladas	(38.959)	(42.170)
<b>TOTAL</b>	<b>3.858.483</b>	<b>3.949.782</b>

O quadro a seguir detalha a receita bruta, por serviço:

RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	Período de três meses findo em 31 de março de			
	2026	PART. (%)	2025	PART. (%)
Encomenda	2.204.767	54,5%	2.332.851	56,5%
Mensagem	1.217.016	30,0%	1.092.165	26,4%
Postagem Internacional	156.016	3,9%	393.161	9,5%
Outros	464.881	11,5%	313.976	7,6%
<b>TOTAL</b>	<b>4.042.680</b>	<b>100%</b>	<b>4.132.153</b>	<b>100%</b>
Monopólio	929.816	23,0%	842.959	20,4%
Concorrencial	3.112.864	77,0%	3.289.194	79,6%

## 20.2. Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	NOTA	Período de três meses findo em 31 de março de	
		2026	2025
Pessoal	20.2.1	(2.663.132)	(2.776.507)
Transporte de malas e malotes		(467.315)	(555.432)
Serviços de pessoas físicas/jurídicas		(260.132)	(332.591)
Depreciação e amortização		(158.836)	(165.417)
Material e produtos		(52.502)	(64.829)
Utilidades		(61.880)	(74.535)
Aluguéis		(15.840)	(9.996)
Despesas com serviços e distribuição Internacional		(10.009)	(18.879)
Impostos, taxas e contribuições		(15.448)	(12.892)
<b>TOTAL</b>		<b>(3.705.094)</b>	<b>(4.011.078)</b>

### 20.2.1. Pessoal

A redução no custo com pessoal deve-se, principalmente, ao desligamento de empregados por meio do PDV/2024, ocasionando uma redução de 4%, mesmo diante do reajuste salarial linear de 5,1% do dissídio do acordo coletivo de trabalho 2025/2026.

## 20.3. Despesas com vendas/serviços

DESPESAS COM VENDAS/SERVIÇOS	NOTA	Período de três meses findo em 31 de março de	
		2026	2025
Remuneração de unidades terceirizadas	20.3.1	(439.447)	(428.789)
Provisão de perdas		(23.582)	(20.615)
Perdas		(1.056)	(6.339)
Patrocínio, Propaganda e Publicidade		(168)	(942)
Indenizações SLA - <i>Service Level Agreement</i>	20.3.2	(30.477)	(2.014)
Multas contratuais de clientes		-	(6.630)
Outros		(1)	(531)
<b>TOTAL</b>		<b>(494.731)</b>	<b>(465.860)</b>

### 20.3.1. Remuneração de unidades terceirizadas

O acréscimo de R\$ 10.658 na rubrica está diretamente relacionado ao aumento no volume de receitas comercializadas e do reajuste tarifário.

### 20.3.2. Indenizações SLA - *Service Level Agreement*

O aumento significativo nas indenizações, em relação a março de 2025, deve-se à elevação da quantidade de objetos entregues fora do prazo.

## 20.4. Despesas gerais e administrativas

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	NOTA	Período de três meses findo em 31 de março de	
		2026	2025
Pessoal		(770.199)	(748.630)
Precatórios e RPVs		(333.672)	(389.738)
Pós-emprego		(49.789)	(65.987)
Contingências	20.4.1	(1.079.735)	-
Constituição de provisão para perdas		(26.552)	(1.317)
Depreciação e amortização		(6.956)	(10.113)
Variações patrimoniais e perdas		(162)	(8.213)
Serviços prestados por pessoas físicas/jurídicas e outros	20.4.2	(1.655)	(1.085)
Impostos, taxas e contribuições		(32)	(22)
Acordo judicial		(181)	(35)
<b>TOTAL</b>		<b>(2.268.933)</b>	<b>(1.225.140)</b>

#### 20.4.1. Contingências

O aumento da despesa observado no período, está relacionado, principalmente, às revisões na classificação das ações trabalhistas, conforme detalhado na movimentação apresentada na nota 11.1.

#### 20.4.2. Serviços Prestados por pessoas físicas/jurídicas e outros

A elevação identificada decorre, principalmente, da contratação de serviços advocatícios, prêmio de seguros e custas judiciais.

#### 20.5. Outras receitas operacionais

OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	NOTA	Período de três meses findo em 31 de março de	
		2026	2025
Despesas recuperadas		2.080	5.405
Reversão - Provisões de Crédito de Liquidação Duvidosa - PECLD		1.482	12.132
Ganho a valor justo - Propriedades para investimento	16.1	-	981
Multas aplicadas	20.5.1	54.220	37.842
Taxa mensal de franquia – AGF		4.392	4.346
Lucro na alienação de bens móveis e imóveis		3	8.317
Reversão de provisões de contingências		22.859	225.026
Reversão de Provisões de benefício pós emprego		346	228
Ganhos Tributários		-	-
Seguros (valor de acesso ao negócio)		8.448	8.448
Outros		(315)	(14.048)
<b>TOTAL</b>		<b>93.515</b>	<b>288.677</b>

#### 20.5.1. Multas aplicadas

A variação registrada decorre do recebimento de encargos financeiros, referentes à aplicação de juros e multas sobre faturas de clientes liquidadas em atraso.

#### 20.6. Outras despesas operacionais

OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	Período de três meses findo em 31 de março de	
	2026	2025
Prejuízos na alienação de bens	(1)	(847)
Perda – VJ – Propriedades para investimento	(843)	(3.283)
<b>TOTAL</b>	<b>(844)</b>	<b>(4.130)</b>

#### 20.7. Receitas financeiras

RECEITAS FINANCEIRAS	NOTA	Período de três meses findo em 31 de março de	
		2026	2025
Rentabilidade de aplicações financeiras	20.7.1	255.638	7.841
Ganho-valor justo- <i>hedge</i>		5.431	8.651
Variação cambial	6.3	2.284	4.891
Receita de juros	20.7.2	65.176	18.434
Variação Monetária		14.219	10.046
Contratos Internacionais		1.326	5
Outras		4.056	680
<b>TOTAL</b>		<b>348.130</b>	<b>50.548</b>

### 20.7.1. Rentabilidade de aplicações financeiras

A elevação dessa rubrica deve-se, principalmente, ao rendimento dos recursos provenientes da operação de crédito com garantia da União, contratada no final de 2025, conforme nota 12.

### 20.7.2. Receita de Juros

A elevação dessa rubrica decorre, principalmente, da apropriação dos juros incidentes sobre valores tributários recolhidos indevidamente, devido ao indébito tributário, conforme descrito nas notas 10.3 e 10.3.1.

### 20.8. Despesas Financeiras

DESPESAS FINANCEIRAS	NOTA	Período de três meses findo em 31 de março de	
		2026	2025
Variação cambial		(7.433)	(10.574)
Apropriação/atualização – PDI e PED		(35.796)	(53.984)
Apropriação/atualização – PDI		(5.120)	(23.782)
Apropriação/atualização - PED		(30.676)	(30.202)
Juros/Multas	20.8.1	(264.251)	(192.488)
Perdas		(2.197)	(1.243)
<i>Hedge</i> - valor justo		(2.197)	(1.243)
Encargos – financiamento da dívida interna (juros e IOF)		(586.169)	(18.727)
Taxa Administrativa - Cartão de Crédito		(2.131)	(1.803)
Despesas Bancárias		(1.489)	(1.730)
Outros		(85.558)	(2.407)
<b>TOTAL</b>		<b>(985.024)</b>	<b>(282.956)</b>

### 20.8.1. Juros/Multas

A variação dessa rubrica está relacionada ao reconhecimento de juros e multas de tributos incidentes sobre impostos de importação no período de 2025 e do primeiro trimestre de 2026, sendo o exercício de 2025 o principal responsável pelo aumento observado.

### 20.9. Resultado por Segmento

A universalização postal garante o acesso a um conjunto de serviços postais básicos, a preços acessíveis e com padrões mínimos de qualidade, observando: o escopo geográfico; a garantia de acesso; a definição de portfólio de serviços; os preços/tarifas; a qualidade do serviço; e a proteção ao usuário. Nesse sentido, a política de universalização configura-se como um importante mecanismo portador de desenvolvimento e de coesão econômica e social.

O Estado Brasileiro é o responsável pela obrigação de prestação do serviço postal universal, delega aos Correios o papel de cumprimento desse encargo. Para a consecução de sua função social, a Empresa segue as diretrizes que norteiam a universalização do atendimento e da entrega postal e os índices padrões de qualidade para os prazos de entrega dos objetos do serviço postal básico, com fundamento no art. 3º da Lei 6.538, de 22 de junho de 1978 e conforme as definições da Portaria nº 15.441/2024 do Ministério das Comunicações, com mensuração de valores financeiros a partir da aplicação da metodologia adotada internamente com esse objetivo. Já os serviços não universais são aqueles não enquadrados nos

critérios/requisitos de universalização de serviços postais, com base na aplicação da metodologia adaptada internamente com esse objetivo.

A definição do modelo utilizado para o mapeamento dos custos de universalização dos serviços postais foi realizada mediante execução de projeto integrante de iniciativa estratégica relacionada à gestão do desempenho organizacional, com foco na promoção da eficiência na prestação dos serviços e no acompanhamento da utilização de recursos no atendimento aos critérios de universalização definidos. Durante a condução dos trabalhos, foram consultadas referências bibliográficas relativas ao tema universalização de serviços postais, avaliados os dispositivos legais do Brasil referentes ao assunto e estudadas as principais abordagens de mensuração dos custos da universalização, inclusive considerando as experiências internacionais de mensuração desses custos, bem como revisado o histórico de custeio da universalização nos Correios, objeto de estudos e acompanhamentos anteriores.

Na realização do projeto interno, se concluiu que a abordagem de mensuração que melhor se enquadraria na realidade estrutural e de informação dos Correios é a abordagem *Net Avoidable Cost* (NAC), que em tradução livre significa "custo líquido evitável", e que permite que sejam considerados somente os serviços universais e os elementos de serviço/localidades que apresentam prejuízo.

A base de dados dos custos líquidos com universalização é atualizada mensalmente e contempla a mensuração dos custos e receitas realizados por serviços e localidade.

Com base nessa estrutura de dados extraída do modelo de custos de universalização, que separa os elementos como receita e gastos em universais e não universais, foram criadas taxas aplicáveis à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) da Empresa. Esse processo visa demonstrar o resultado tanto na perspectiva universal quanto na não universal. Na DRE, foi inserido um campo denominado "Outros", onde foram alocadas as receitas provenientes do segmento de logística e parte das receitas do segmento internacional, refletindo uma visão mais abrangente e transparente das operações da Empresa.

Além dos valores apurados pela metodologia adotada, também deve ser considerado o efeito da imunidade tributária aplicável aos Correios, que reduz encargos tributários e, assim, atenua parcialmente o custo do serviço. Para fins de transparência, são apresentados valores estimados dos tributos que seriam devidos na ausência dessa imunidade, permitindo evidenciar de forma mais completa o custo total da universalização e o esforço necessário para garantir a prestação do serviço postal à sociedade".

Demonstrativo Gerencial de Resultados	31/03/2026				31/03/2025			
	Universal	Não Universal	Outros	Total	Universal	Não Universal	Outros	Total
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>3.537.030</b>	<b>71.195</b>	<b>434.455</b>	<b>4.042.680</b>	<b>3.791.337</b>	<b>72.664</b>	<b>268.152</b>	<b>4.132.153</b>
Impostos e Abatimentos sobre a Receita Bruta	(161.158)	(3.244)	(19.795)	(184.197)	(167.329)	(3.207)	(11.835)	(182.371)
<b>Receita Líquida de Vendas e Serviços</b>	<b>3.375.872</b>	<b>67.951</b>	<b>414.660</b>	<b>3.858.483</b>	<b>3.624.008</b>	<b>69.457</b>	<b>256.317</b>	<b>3.949.782</b>
Custo dos produtos Vendidos e Serviços Prestados	(3.666.571)	(38.523)	-	(3.705.094)	(3.940.701)	(70.377)	-	(4.011.078)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>(290.699)</b>	<b>29.428</b>	<b>414.660</b>	<b>153.389</b>	<b>(316.693)</b>	<b>(920)</b>	<b>256.317</b>	<b>(61.296)</b>
Despesas com Vendas/Serviços	(493.673)	(1.058)	-	(494.731)	(459.435)	(6.425)	-	(465.860)
Despesas Gerais e Administrativas	(2.257.024)	(11.909)	-	(2.268.933)	(1.211.238)	(13.902)	-	(1.225.140)
Outras Receitas Operacionais	90.897	2.618	-	93.515	279.555	9.122	-	288.677
Outras Despesas Operacionais	(843)	(1)	-	(844)	(4.073)	(57)	-	(4.130)
<b>Lucro líquido antes do resultado financeiro</b>	<b>(2.951.342)</b>	<b>19.078</b>	<b>414.660</b>	<b>(2.517.604)</b>	<b>(1.711.884)</b>	<b>(12.182)</b>	<b>256.317</b>	<b>(1.467.749)</b>
Receitas Financeiras	338.382	9.748	-	348.130	48.951	1.597	-	50.548
Despesas Financeiras	(979.902)	(5.122)	-	(985.024)	(279.759)	(3.197)	-	(282.956)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(641.520)</b>	<b>4.626</b>	<b>-</b>	<b>(636.894)</b>	<b>(230.808)</b>	<b>(1.600)</b>	<b>-</b>	<b>(232.408)</b>
<b>Contribuição Social</b>	<b>(4.247)</b>	<b>(22)</b>	<b>-</b>	<b>(4.269)</b>	<b>(25.500)</b>	<b>(291)</b>	<b>-</b>	<b>(25.791)</b>
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>(3.597.109)</b>	<b>23.682</b>	<b>414.660</b>	<b>(3.158.767)</b>	<b>(1.968.192)</b>	<b>(14.073)</b>	<b>256.317</b>	<b>(1.725.948)</b>
Ativo	21.642.465	623.446	-	22.265.911	15.001.002	489.500	-	15.490.502
Passivo (C + NC)	38.341.170	200.416	-	38.541.586	21.327.685	243.757	-	21.571.442
Imunidade/Benefício	(518.297)	-	-	(518.297)	(446.059)	-	-	(446.059)
Universalização	(4.115.406)	-	-	(4.115.406)	(2.414.251)	-	-	(2.414.251)

## 21. PARTES RELACIONADAS

Nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas dos Correios e em conformidade com o Pronunciamento CPC 05 (R1), consideram-se partes relacionadas as pessoas físicas ou jurídicas que detenham controle, controle conjunto ou influência significativa sobre a empresa.

Nesse contexto, são partes relacionadas com os Correios os membros do pessoal-chave da administração e seus familiares próximos, a União e as entidades do mesmo grupo econômico a ela vinculadas, bem como o Postalís – Instituto de Previdência Complementar e a Postal Saúde – Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios.

Apresenta-se no quadro a seguir as sociedades enquadradas como partes relacionadas dos Correios, bem como seus respectivos relacionamentos:

PARTES RELACIONADAS	NOTA	31/03/2026	31/12/2025
<b>Postal Saúde</b>			
<b>Direitos</b>		<b>184</b>	<b>98</b>
Empregados Liberados	9.2	95	-
Concessão de espaço	9.2	89	98
<b>Obrigações</b>		-	-
Repasse financeiros (Convênio, saúde ocupacional, Benefício medicamentos)		<b>(1.945.726)</b>	<b>(2.122.444)</b>
Postal Saúde – Benefício Pós-emprego – Déficit CorreiosSaúde		(147.731)	(324.449)
<b>Postalís</b>			
<b>Obrigações</b>		<b>(7.680.375)</b>	<b>(7.766.167)</b>
Postalís Pós Emprego – Déficit		(5.145.440)	(5.124.495)
Postalís (PostalPrev / BD) – empregador (Salários e encargos sociais)		(56.611)	(170.501)
Recebimento para o Postalís		(31.505)	(30.508)
Plano de Equacionamento do Déficit – PED/BD		(2.446.819)	(2.440.663)

## 21.1. Transações com partes relacionadas

As transações destacadas nos desdobramentos seguintes, com partes relacionadas dos Correios, foram realizadas no curso das atividades cobertas pelas demonstrações contábeis em questão.

## 21.2. Transações com a União

A União Federal é acionista controladora dos Correios, detendo 100% do capital social da Empresa, conforme disposto em seu Estatuto Social. As relações entre os Correios e a União compreendem transações realizadas no curso normal das operações, incluindo a prestação de serviços postais, logísticos, financeiros e correlatos a órgãos e entidades da Administração Pública Federal, bem como outras relações institucionais e financeiras.

No primeiro trimestre de 2026, destaca-se a garantia prestada pela União à operação de crédito no montante de até R\$ 12.000.000, contratada para suporte à liquidez e às necessidades operacionais e financeiras da Empresa, conforme descrito na Nota 12.

## 21.3. Transações com a Postal Saúde

Os Correios, à luz do Convênio de Adesão celebrado com a Postal Saúde, assinado em 05/12/2013, mensalmente provisionam integralmente os valores a serem pagos a título de despesas de serviços médicos e demais despesas do plano de saúde, em estrita observância às boas práticas contábeis.

O custeio da despesa com a manutenção do plano de saúde dos empregados dos Correios, com aportes mensais pela sua mantenedora – Correios, tem como base o Relatório de Informações Financeiras apresentado pela Caixa de Assistência Postal Saúde, conforme demonstrado nos quadros da Nota 9.2.

## 21.4. Transações com o Postalís

O Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira. Foi criado em 1981 com o objetivo de garantir aos empregados dos Correios benefícios previdenciários complementares aos da Previdência Oficial.

As notas 9.3, 9.5, 9.6 e 14 apresentam as transações ocorridas com o Postalís.

## 21.5. Remuneração do pessoal chave da Administração

Remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da Administração dos Correios.

REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA EXECUTIVA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	COMITÊ DE AUDITORIA	COMITÊ DE PESSOAS *
<b>1º Trimestre 2026</b>					
Salários e benefícios	1.016	92	46	62	8
Encargos sociais	140	6	3	6	2
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	409	-	-	-	-
<b>Remuneração total – 1T2026</b>	<b>1.565</b>	<b>98</b>	<b>49</b>	<b>68</b>	<b>10</b>
<b>Número de membros – 1T2026</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>3</b>
<b>1º Trimestre 2025</b>					
Salários e benefícios	1.120	108	46	62	-
Encargos sociais	230	15	3	6	-
Previdência complementar	29	1	-	-	-
<b>Remuneração total acumulada – 1T2025</b>	<b>1.379</b>	<b>124</b>	<b>49</b>	<b>68</b>	-
<b>Número de membros – 1T2025</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	-

\* A remuneração do Comitê de Pessoas iniciou-se em outubro de 2025

## 21.6. Remuneração Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração

A variação identificada na remuneração da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria, deve-se ao quantitativo de membros que estavam em efetivo exercício.

**Emmanoel Schmidt Rondon**  
Presidente

**Luiz Claudio Moraes**  
Diretor Econômico-Financeiro

**Natália Teles da Mota**  
Diretora de Gestão de Pessoas

**Luiz Cláudio Ligabue**  
Diretor de Governança e  
Estratégia

**Hilton Rogério Maia Cardoso**  
Diretor de Negócios

**Nélio Alves Pereira**  
Diretor de Administração

**José Marcos Gomes**  
Diretor de Operações

**Mércia da Silva Pedreira**  
Contadora – CRC/BA –  
024.746/O-1 T DF

